

SESSÕES DO PLENÁRIO

28ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 03 de agosto de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Especial, proposta pelo meu amigo deputado Hildécio Meireles, com a finalidade de discutir propostas com relação à partilha de recursos públicos e respectivas obrigações da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o famoso Pacto Federativo.

Convido para compor a Mesa o presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e proponente da sessão, deputado Hildécio Meireles; o Sr. Secretário de Relações Institucionais, Vereador Heber Santana, representante do Sr. Prefeito de Salvador, ACM Neto; o Sr. Presidente da Cepacto, deputado federal Danilo Forte, do PMDB do Ceará; os meus queridos amigos deputados federais José Nunes, Lúcio Vieira Lima, Luiz Caetano e Arthur Maia; o procurador Oscimar Torres, representante do procurador-geral do Estado, Paulo Moreno; o Sr. Vice-Presidente da UPB, presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste e Prefeito da cidade de Barra do Choça, Oberdan Rocha; o Sr. Representante da Frente Nacional de Prefeitos e prefeito da Cidade de Feira de Santana, José Ronaldo; e o Sr. Representante da Confederação Nacional de Municípios, Eduardo Strank. (Palmas!)

Convido a todos para ouvirmos o Hino Nacional.

(Apresentação do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tendo em vista que assumi compromissos, terei de me ausentar. Quero dar boas-vindas a todos que fazem esta sessão especial sobre o Pacto Federativo, em especial o deputado Hildécio Meireles, a quem vou passar a presidência dos trabalhos.

Gostaria de dizer que todo presidente, todo governador e todo deputado federal - ou quase todos -, quando assumem seus respectivos mandatos, eleitos pelo povo dos nossos Estados, dos nossos Municípios e do nosso País, defendem o Pacto Federativo. Na realidade, é o sonho de um Brasil melhor, onde todos nós que moramos no Nordeste passamos por grandes dificuldades, principalmente depois da Constituição de 1988. Só para vocês terem uma ideia, a Bahia tem um Orçamento em

torno de R\$ 42 bilhões para uma população de 15 milhões, e o Rio de Janeiro tem uma população de 16 milhões para um Orçamento de mais de R\$ 90 bilhões. A Bahia é um Estado extenso, com dois terços do seu território pertencendo ao Semiárido. E o Rio de Janeiro, além de ser um Estado bem menor, tem grande parte da área da Saúde paga pelo governo federal desde que aquela unidade da Federação deixou de ser a capital do Brasil.

Então o Pacto Federativo - a distribuição de renda - é uma necessidade, principalmente para os municípios que vivem exclusivamente do Fundo de Participação. Na Bahia, hoje com 417 municípios, eu diria que mais de 90% deles têm dificuldades de investimentos. Praticamente os recursos são para custeio. As cidades baianas vivem com o pires na mão solicitando do governo do Estado, que também vive com o pires na mão solicitando do governo federal. A Bahia tem uma representatividade política muito boa com 39 parlamentares federais e 3 senadores.

Eu diria que nascer na Bahia é uma dádiva de Deus. Esta terra tem belezas históricas e naturais, a Bahia do Pelourinho, da Chapada, do São Francisco, das bonitas praias e do povo trabalhador, mas quase todos os seus prefeitos, em torno de 95%, passam por dificuldades financeiras. E muitos deles, inclusive, por dificuldades para aprovar suas contas, vez que vêm vários planos do governo federal, que custeia uma parte, e os municípios são obrigados a dar sua contrapartida. Consequentemente, eles têm dificuldades naquele índice de pessoal. Prefeitos sérios, honestos têm contas reprovadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios, principalmente por índice de pessoal. São vários convênios, tanto com o governo federal quanto com o estadual, mas as Prefeituras não têm...

A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito importante. Criada na época de Fernando Henrique, ela precisa ser aprimorada, porque os prefeitos realmente, mesmo bons gestores, sérios, têm grandes dificuldades em aprovar suas contas, fruto daqueles índices de educação e saúde, e principalmente de pessoal, que eles ou alcançam ou ultrapassam o limite.

Gostaria de parabenizar o amigo Hildécio Meireles por ser um deputado de primeiro mandato que chegou aqui criando relações. É um bom parlamentar, atuante e sério. Então, eu o parabenizo por esta sessão tão importante que tem como tema a discussão do Pacto Federativo pelo Congresso Nacional.

Agradeço a presença de todos e passo a presidência dos trabalhos para o meu querido Hildécio Meireles. Muito obrigado!

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Bom-dia, senhoras e senhores, Sr^{as} Prefeitas, Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores, lideranças de modo geral, curiosos, componentes da Mesa, querido deputado federal Danilo Fortes, do Ceará, presidente da Comissão Especial da Câmara Federal que discute alterações no atual Pacto Federativo.

O atual sistema de rateio das receitas e obrigações públicas, o qual conhecemos por Pacto Federativo, foi concebido há mais de meio século, e o que deveria ser um mecanismo para equalizar as desigualdades regionais e promover o equilíbrio

socioeconômico entre Estados e Municípios fez surgir um dos mais injustos sistemas tributários do mundo.

(Lê) “Com o passar dos anos, observa-se que o abismo fiscal existente entre os entes federados, e principalmente entre as cidades, vem crescendo muito, impedindo a existência de um País mais justo e igualitário, capaz de oferecer a mesma oportunidade para todo cidadão brasileiro, seja ele nascido em qualquer parte desta Nação.

Na nossa forma de República Federativa, o cidadão habita no município, e é ele a porta de entrada de todos os serviços que são prestados às pessoas.

Propiciar, indistintamente, a todos os cidadãos brasileiros um conjunto de serviços públicos básicos e promover uma digna qualidade de vida deve ser o grande desafio de todo governante.

Entretanto, a perversa concentração de receitas feitas pela União, que se soma a uma real escassez principalmente de recursos, traz aos gestores dos municípios papel mais injusto em toda a Federação, pois têm que assumir as obrigações exigidas e necessárias à população sem ter para isso a receita que custeie tudo o que se precisa, nem ao menos recursos que amenizem tal situação.

É preciso, senhoras e senhores, coragem e vontade política para romper este pernicioso cerco de desigualdades federativas com medidas profundas que invertam a forma da distribuição das receitas arrecadadas em todo o País para que, enfim, os municípios possam ter autonomia mínima para se autogerir e romper definitivamente o atraso e as desigualdades que este Pacto, nos moldes atuais, vem trazendo aos Estados e aos Municípios, principalmente.

Srs. Deputados Federais, nobres colegas desta Casa, Srs. Prefeitos e Prefeitas e lideranças aqui presentes, esta sessão visa trazer à baila novos argumentos para contribuir para a discussão nacional que busca uma nova repartição das receitas e obrigações dos entes federados.

Hoje, a Assembleia Legislativa oportuniza aos atores baianos 'colher na fonte' as informações do que vem sendo discutido em nível nacional, principalmente no âmbito da Câmara dos Deputados, de onde partirão as propostas e encaminhamentos que já estão sendo levantados pelo País afora. E aqui, nesta sessão, está a nossa oportunidade de participar.

Nosso papel, além de contribuir para uma nova ideia, é também conhecer as propostas que já estão sendo discutidas e garantir que elas efetivamente representem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, o que, em nossa opinião, somente ocorrerá à medida que haja uma melhor repartição das receitas tributárias.”

Dando seguimento aos nossos trabalhos, gostaria de passar a palavra aos membros que compõem esta Mesa para uma rápida saudação. Então, passo-a agora ao secretário de Relações Institucionais, o vereador Heber Santana, representando neste ato o prefeito da capital, ACM Neto.

O Sr. HEBER SANTANA:- Bom-dia a todos e a todas.

Na pessoa do proponente desta sessão e também de quem a preside, deputado Hildécio Meireles, quero saudar a todos os componentes da Mesa, os deputados federais e estaduais; na pessoa do Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, saúdo também a todos os deputados, e, em rápidas palavras, parabeno o deputado proponente desta sessão pela iniciativa porque o presidente Marcelo Nilo foi muito feliz quando chamou a atenção para a importância desse tema para o desenvolvimento do nosso País, especialmente para a nossa região Nordeste.

Trago da cidade do Salvador, de forma muito especial, deputado Hildécio, um abraço do prefeito ACM Neto. Salvador, conhecida pela baixa arrecadação, passa por muitas dificuldades, por ser uma cidade tão desigual. Quero abraçar inclusive a secretária Rosemma Maluf, que está aqui conosco também, faz parte dessa equipe e conhece as dificuldades que o prefeito tem enfrentado para fazer o trabalho que tem feito aqui.

Mas, claro, com muito empenho, muita dedicação e com uma equipe qualificada, tem conseguido dar respostas à nossa sociedade. Ocorre que as respostas necessárias, inclusive como forma de afirmação do processo democrático do nosso País, só serão possíveis de maneira mais efetiva e eficaz, se, de fato, com vontade política, esforço e dedicação, pudermos renovar o pacto federativo, redistribuindo as receitas do nosso País, dando aos municípios e aos estados melhores condições de atender ao seu povo de acordo com as necessidades de cada cidade.

Portanto, deputado, fica aqui o registro nosso, do prefeito ACM Neto, da importância desse tema e da colaboração que todos nós queremos dar para que isso se torne uma realidade. É um esforço que está sendo feito. O deputado Danilo Fortes tem estado à frente também, contribuindo com essa batalha para que o esforço possa, de fato, ser transformado numa grande vitória. Não será uma vitória de um ou de outro, mas do nosso País.

Um grande abraço e parabéns. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Por sugestão dos deputados Lúcio Vieira Lima e José Nunes, vamos já passar a palavra ao deputado Danilo Fortes. Todos terão direito a usar a palavra para o debate, após as explicações dele e, também, da nossa pessoa.

Antes, porém, quero registrar a presença dos colegas, deputados estaduais Adolfo Viana, Alex da Piatã, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Herzem Gusmão, Luciano Simões Filho, Marcelo Nilo, Pedro Tavares, Sandro Régis e Rogério Andrade.

Com a palavra o deputado Danilo Fortes.

O Sr. DANILO FORTES:- Bom-dia a todos e a todas! Bom-dia Bahia! Sorria, você está na Bahia! É um prazer muito grande voltar a esta terra, onde tudo começou, um dos melhores e maiores países do mundo para se viver. Num momento crítico

como este, temos a obrigação de encontrar uma alternativa para que não nos encontremos e não aprofundemos ainda mais essa que é uma das piores crises ética, moral, administrativa e financeira que vivemos nos últimos tempos.

Diante desse quadro sucessivo de denúncias e indignação – em que muitas vezes se justifica na política exatamente esse aprofundamento da crise, já que a história nos aponta, desde uma formação cultural, até um período perverso de autoritarismo pelo qual passamos – temos que construir alternativas.

E, aqui, quero agradecer aos deputados estaduais da Assembleia Legislativa da Bahia, em nome do presidente Marcelo Nilo, que nos acolheu, e do deputado Hildécio Meireles, que teve a iniciativa de fazer essa audiência pública. Esta é a décima quinta audiência pública que fazemos nos estados, além disso já fizemos no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, na Comissão Especial do Pacto Federativo, e aqui estão presentes os colegas lá da Comissão, os deputados Caetano, João Gualberto, José Nunes, Arthur Maia que, sem sembra de dúvida, é hoje um dos maiores oradores da Câmara dos Deputados, representante líder do partido Solidariedade, e meu amigo irmão, meu líder, não foi por causa de mim que ele não virou líder do PMDB, porque meu voto estava lá, mas faltou só um e da próxima ele chega. Meu amigo Lúcio Vieira Lima que, sem sombra de dúvida, é um grande parlamentar, representando sempre bem o Estado da Bahia.

Quero agradecer: pelas palavras de Edson Santana que aqui representa o nosso prefeito de Salvador, ACM Neto; Oscimar Torres, representando o procurador-geral do Estado Paulo Moreno; Oberdan Rocha, que vem representando a União dos Prefeitos da Bahia, com quem tenho muito o que conversar nesta semana; o representante da Frente Nacional dos Prefeitos, prefeito de Feira de Santana José Ronaldo; representante da Confederação dos Municípios, Eduardo Stranz.

Amigos e amigas, esse quadro concentrador vem desde o Império. A própria tradição portuguesa fez com que o Brasil centralizasse as suas gestões desde as capitanias hereditárias, e isso foi se perpetuando dentro de um continente, num país que é o quinto maior do mundo em área geográfica, e ao mesmo tempo, com o advento do regime militar esse centralismo gerou, inclusive, uma dificuldade na interlocução entre os Estados, os municípios e o governo federal.

Num primeiro momento, a constituinte de 88 veio no sentido de abrir para a cidadania os espaços até então ignorados ou nunca vistos, ampliando a participação e ampliando, inclusive, as demandas e as transferências no sentido de harmonizar o maior crescimento e diminuir as desigualdades regionais.

Nós, do Nordeste – sou do Ceará e me orgulho muito disso – temos 1/3 da população brasileira e respondemos por apenas 14,6% do PIB nacional, ou seja, da produção de riqueza nacional, somos menos de 1/6. Até para buscar esse reequilíbrio, é necessária uma indução capaz de fazer o que temos oportunidades diferenciadas, fugindo daquela máxima da tristeza da seca, da convivência com o semiárido, possamos ter alternativas capazes de gerar o nosso crescimento.

Essa inversão de valores foi aprofundada posteriormente com a crise da

economia, com a volta da inflação galopante, que vem com o advento do real e necessitou, inclusive, novamente, que o Estado forte pudesse fazer um policiamento sobre a moeda, sobre as finanças do país, para que pudessemos avançar na estabilidade e no rompimento com aquele período inflacionário em que vivíamos.

Vieram as conquistas sociais, a inclusão social liderada principalmente pelo governo do presidente Lula, e depois de tudo isso se percebeu que não se tinha mais condições de sequer dar garantias a essas conquistas sociais se não tivesse continuidade no desenvolvimento econômico, porque não há desenvolvimento social em nenhum lugar do mundo que se sustente sem desenvolvimento econômico para lastrear, custear essas operações.

Diante desse fato, o país sentiu um momento de perplexidade porque aumentaram as demandas, o país virou urbano, hoje 85% da população brasileira vive nas cidades, e é nas cidades que precisamos ter uma correspondência entre o que é obrigação e quais são os recursos necessários para garantir essas obrigações.

Nas cidades se dá o exercício pleno da cidadania. Hoje o maior problema nacional, sem sombra de dúvida, em qualquer pesquisa que se faça, em qualquer lugar do Brasil, é a questão da saúde pública precária, a questão da falta de segurança pública, a busca de melhoria da mobilidade urbana, a falta de política de saneamento básico que estagnou, nos últimos 10 anos, o país. Não temos crescimento percentual na instalação de tratamento de esgoto, vivemos num país em que apenas 37% da população tem tratamento de esgoto de qualidade, e até mesmo os lixões e a iluminação pública se transformaram em problemas nacionais. Isso tudo porque com a centralidade em Brasília, todas essas demandas apontam num só vetor. Tudo tem de ser resolvido por Brasília. Nós não aguentamos mais essa dependência que faz com que até programas mínimos, que poderiam ser mantidos plenamente pelos seus entes federados, sejam as prefeituras ou os governos estaduais, tenham de perseguir nessa centralidade uma busca de autoridade que, muitas vezes, é fabricada pela dependência financeira que foi criada nessa relação com os estados e municípios.

Muitos dos municípios não têm capacidade de criação de tributos próprios. No Nordeste é muito comum, muitas vezes, ouvirmos dos tecnocratas: “Ah, o prefeito de lá não faz, porque também não cobra IPTU.” Como tirar de onde não tem? Você não pode tirar, num município que, muitas vezes, tem uma economia muito precária, muito pequena, tributos, impostos de uma população que não pode pagá-los.

Aí é obrigação, sim, do conjunto do estado – institucionalmente falando – arcar com essas despesas, porque o brasileiro da Bahia é tão brasileiro quanto o do Rio de Janeiro, o de São Paulo, o do Rio Grande do Sul ou do Amazonas. É exatamente dentro desse arcabouço que se criou uma cobrança muito grande na busca de encontrarmos uma equação capaz de entender as obrigações e de entender como buscar o financiamento dessas despesas para com essas obrigações.

Quero ressaltar, aqui, a importância que teve e a coragem do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de criar essa comissão especial, a qual eu presido, que tem como relator o deputado Éder Moura, de Sergipe, com o intuito de

podermos abrigar esse debate que contaminou o Congresso Nacional. Tanto é assim que, posteriormente, o Senado também criou uma comissão especial. Fomos buscar a construção do lastro de um colchão político capaz de dar sustentabilidade a essa demanda, porque vamos ter um enfrentamento. Não temos dúvida de que o governo federal, no dado momento das votações em Plenário, usará da sua força para buscar impedir esses avanços na busca da autonomia federativa, que é uma cláusula pétrea do Estado democrático de direito e do Estado federativo que é o Brasil.

Nós somos uma República Federativa! Então, temos de entender que os estados e municípios têm de ter autonomia própria, porque, caso contrário, eles ficam, inclusive, contaminados pelo problema da crise que temos hoje. O exemplo não está muito longe nós: a cidade do Salvador conseguiu resolver a sua equação financeira. O prefeito de Salvador, inclusive, tem possibilidade de fazer financiamentos externos no sistema financeiro internacional ou nacional para arcar com demandas de investimentos e infraestrutura, mas ele fica contaminado pelo Tesouro Nacional, que impede, dentro deste momento de crise financeira que o País vive, o município, com a sua autonomia, de garantir esse financiamento. E o prefeito vai ter de ir a Brasília com o pires na mão, quando o município poderia muito bem conduzir um processo, com a autonomia da Câmara de Vereadores e da Assembleia Legislativa da Bahia, e aprovar uma operação dessa sem necessariamente ter de se humilhar em Brasília para viabilizar recursos que são importantes para obras estruturantes, aqui, no caso de Salvador.

É essa demanda, é essa dependência que faz com que nós tenhamos a urgência e a necessidade de, inclusive, construir uma alternativa para o momento econômico em que o País vive. Está batendo a nossa porta a volta da inflação, a volta da carestia. Quem compra na bodega, no armazém, na mercearia sente isso muito mais. Os preços administrados pelo governo, hoje, são os grandes preços inflacionários. O exemplo maior é a conta de energia. Foi feito um alarde nacional de que a energia seria barateada, de que a energia ficaria muito mais barata, principalmente para as populações de menor poder aquisitivo, mas o que nós percebemos não foi isso. Já temos dados de que neste ano o aumento da energia elétrica já está superior a 60%, gerando inflação. Não é só a residência que precisa da energia, a indústria precisa da energia, e isso se reflete nos preços dos produtos produzidos por essa indústria.

O único País do mundo em que os derivados do petróleo subiram, depois da queda do preço internacional do barril de petróleo, foi o Brasil. E está aí todo o dia a gente com mais indignação ainda, em razão, exatamente, dos problemas que a Petrobras está vivendo, e hoje tanto o óleo, quanto diesel e a gasolina transformaram-se em preços inflacionários no Brasil. Então, é essa realidade que precisa ser revertida, até porque isso gerou, por um lado, um programa de ajuste baseado no corte e na contenção que, em vez de ter refletido aumento de arrecadação, que era a expectativa, gerou uma diminuição de arrecadação pelo encolhimento da atividade econômica, o que inclusive está refletindo nas transferências obrigatórias do próprio governo federal para os Estados e Municípios.

Para vocês terem uma ideia, só no recurso público do SUS, que financia a saúde pública no País, há uma retenção de transferência do governo federal para os Estados e Municípios superior a R\$ 7,6 bilhões, o que faz com que tenhamos de conviver todo dia com a procura incessante de pessoas tentando fazer tratamento de saúde e muitas vezes encontrando os hospitais superlotados. No meu Estado as pessoas estavam sendo atendidas no chão porque não havia macas para socorrê-las no maior hospital público de Fortaleza, o IJF.

Este quadro de penúria e dificuldades é que precisa ser revertido. Para isso precisamos criar, na mão indutora do próprio Estado, alternativas para que os entes federados, Estados e Municípios, sejam capazes de realimentar, reoxigenar e colocar uma alternativa para esta crise econômica que o governo federal vive, retomando inclusive o próprio crescimento da economia. Quando realimentamos por outras vias e outros caminhos, somos capazes de readquirir geração de empregos na realização de obras estruturantes e uma formatação econômica capaz de gerar impostos no próprio Município ou no Estado. Desta forma estamos alimentando o sistema de forma inversa daquela que está estipulada por um governo federal grande, inchado e anacrônico que gasta muito. E gasta mal.

Nós, da Bancada do PMDB, e Lúcio, que contribuiu muito para isso, há muito tempo estamos defendendo a redução do tamanho dos Ministérios. O Brasil tem 39! Os Estados Unidos, a maior potência do mundo, têm 20. Temos 23 mil cargos comissionados à disposição da Presidência da República. Nos EUA o presidente Obama só pode indicar 4.800. E nós aqui, deparando-nos com essa despesa que é retroalimentada por um sistema anacrônico e centralizador. É na busca dessa alternativa que temos de trabalhar com força.

Portanto, é importante que a Frente Nacional de Prefeitos, a Confederação Nacional de Municípios e a Associação Brasileira de Municípios se engajem neste processo para mostrar ao Brasil que podemos gerar uma melhor qualidade de vida e aumentar os espaços de cidadania se conseguirmos viabilizar os recursos necessários para essa ação.

Sexta-feira passada, a Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece) paralisou 120 das 184 Prefeituras do Estado como sinal de protesto, de estrangulamento e de insolvência, exatamente, diante do quadro que estamos vivendo hoje.

Nós, da Comissão Especial do Pacto Federativo da Câmara, aprovamos no primeiro semestre quinze pontos não divergentes dentro do Colegiado, para termos maior facilidade de aprovação naquela Casa. Está aqui Caetano, que estava lá e viu a nossa preocupação em harmonizar todas as Bancadas, inclusive aquelas mais ligadas ao governo, como é o caso das do PT e PCdoB, no sentido de que tenhamos a garantia de aprovação dessas proposições pelo Plenário.

Dentro do contexto do Congresso Nacional foi criada uma Comissão Especial de Sistematização das demandas aprovadas na Câmara Federal e no Senado para que tenhamos uma celeridade, uma dinamização ainda maior no que diz respeito à

tramitação nas duas Casas. Há matérias que estão aqui elencadas e precisam de aprovação como Propostas de Emenda Constitucional, as PECs, necessitando de uma votação de quórum qualificado. São duas votações em cada Casa para irem direto à execução sem passarem por veto, pelo crivo do Palácio do Planalto ou da Presidência da República. Isso facilitará que essas demandas estejam incluídas no bojo do arcabouço jurídico do País para que, pelo princípio da anualidade nas matérias tributárias, elas possam ter vigência no ano de 2016. Diante de toda essa aflição, essa angústia que os estados brasileiros vivem hoje.

Então nós vamos fazer uma leitura e uma breve exposição dos pontos aprovados na Câmara.

Entendo eu que posteriormente vamos fazer o debate, presidido nesta Casa, no qual vamos dirimindo algumas dúvidas que advirão exatamente como fruto do debate. A primeira delas diz respeito ao aumento dentro do espaço do IPI, que tem um bolo arrecadatário e, dentro desse espaço, nós estamos aumentando de 10% para 12% a parcela repassada aos estados e ao Distrito Federal, limitando em 16,5% o valor total distribuído pelo governo federal para cada estado. Para que não haja um estado recebendo muito a mais do que outro e que haja um certo equilíbrio entre eles. Assim, nós vamos aumentar a alíquota interna que hoje é de 10% da partição dos estados, dentro do bolo tributário do IPI, para 12%, limitando exatamente a maior parcela de 16,5% que é correspondente ao Estado de São Paulo, o maior estado da Federação.

O segundo ponto é a ampliação do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Ano passado, inclusive tive o prazer de ser o relator da matéria do aumento do FPM, e nós conseguimos aumentar em 1% o FPM, de forma escalonada. Inclusive, na Comissão nós tínhamos criado o consenso para aumentar 2%, mas na época o PT e a Confederação Nacional dos Municípios achou que o governo não ia aceitar o aumento de 2%, e acordamos o aumento de 1%, mas 0,5% seria este ano e 0,5% em 2016. A partir de 2017, 1% no global da participação da FPM. O 0,5% deste ano seria pago agora em julho de 2016.

Mas houve uma deformação num princípio de aritmética. Eu aprendi, no meu tempo do primário, que a ordem dos fatores não altera o produto. O governo federal fez uma conta na qual a ordem dos fatores alterava o produto, sim. Porque eles colocaram 1,5% só em cima do arrecadado do primeiro semestre e nós tínhamos estipulado que seria em cima do globalizado do ano. Mas como a economia também está muito fragmentada, esse 0,5% que está sendo pago, corresponde a apenas 0,25% do que seria o 11% d aumento global da FPM.

O que nós estamos propondo? Estamos propondo – inclusive vamos ter uma audiência quarta-feira, às 16h, com o vice-presidente Michel Temer, que agora recebeu a atribuição de ser articulador político do governo – no sentido de que a gente possa garantir que esse complemento de os outros 0,25% para fazer o total de 0,5%, que era o proposto para este ano, seja pago em dezembro. Porque aquela justificativa de que o saldo do segundo semestre ficaria para o ano que vem é lorota, porque o ano fiscal se encerra no dia 31 de dezembro. O orçamento da União não é

uma conta-corrente no banco que você deposita o dinheiro 31 de dezembro e vira para o outro ano. O orçamento da União se encerra no último dia útil de cada ano e não fica acumulando para o ano subsequente.

Diante disso, nós temos que fazer uma pressão, uma mobilização, juntos com as instituições que representam os municípios, no sentido de que haja a garantia desse recurso, que é um alívio, não resolve o problema, mas pelo menos é um alívio, para os municípios. Precisamos garantir também que o compromisso feito na votação – de pagar 0,5% em 2015; 0,5% de 2016; 2017 em diante, 1% – seja cumprido.

Da mesma forma queremos fazer com os estados, mas vamos fazer com uma disciplina, do ponto de vista do texto da lei, para que não haja incompreensões e não se use de artifícios aritméticos para prejudicar agora os municípios e no futuro os estados, que terão também mais 1% do aumento da FPM.

Um outro ponto é a distribuição do ICMS com relação ao índice de população. O índice de população é desconsiderado. Hoje o índice priorizado é a questão do IDH na formatação interna da distribuição do ICMS. Diante disso, as cidades maiores, que são as que têm mais demandas, estão sendo prejudicadas exatamente no sentido de que estão tendo uma menor participação no Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS).

Então a proposição é no sentido de que a gente possa fazer com que esses recursos, num princípio per capita, tenham uma maior valorização. Ou seja, fortalecer aqueles aglomerados urbanos que têm uma densidade populacional maior, porque muitas vezes há no Brasil uma distorção.

Para vocês terem uma ideia, temos algumas cidades no Brasil que recebem de transferências obrigatórias da União, principalmente as que recebem do royalties do petróleo, no Rio de Janeiro, mais de R\$ 10 mil por pessoa. Enquanto temos, aqui no Nordeste brasileiro, cidades que ainda recebem, de transferência obrigatória do governo federal, menos de R\$ 100 por pessoa.

Então, precisamos buscar uma equação em que o valor per capita possa ter uma densidade maior até para fortalecer as ações desses municípios.

Outro ponto colocado é no que diz respeito a projetos de irrigação e aqui na Bahia não é muito diferente de lá do Ceará nem de Pernambuco, nem da Paraíba. Essa política no Brasil praticamente estagnou. Faz muitos anos, mais de dez anos, que não se expandem os projetos de irrigação no país. Quando tem a água, quando tem a garantia do abastecimento, são projetos que inclusive, do ponto de vista da economia local, têm uma correspondência muito forte. Para vocês terem uma ideia, todo o mundo sabe que 80% do solo do meu estado é cristalino e temos muitas dificuldades na área da agropecuária.

Mas temos exemplos também de que, quando realizado com competência e bem-feito, traz resultado.

O Ceará hoje é o maior exportador de melão do Brasil e eu tive uma surpresa, uma vez estava em Istambul, na Turquia, e fui a um supermercado e lá adentrando vi

uma caixinha toda bonitinha com um melão dentro e fui ver com curiosidade de onde é que vinha o melão, porque lá não produz melão, e estava lá: “Made in Brasil, Made in Ceará, Made in Quixeré”. E fiquei todo orgulhoso, todo bacana lá, porque é um produto vindo da minha terra, inclusive de uma área na qual não temos muita tradição. Mas é fruto do Projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas. Então, a nossa ideia é criar um Fundo Nacional de Irrigação para que possamos inclusive buscar nessa atividade, nesse financiamento, retomar projetos que foram e que são importantes para atividade agropecuária no país e que estão totalmente sem lar, abandonados e paralisados.

Outro ponto importante, que diz respeito aos prefeitos, é o que estabelece que os recursos destinados à educação básica serão distribuídos mediante a criação em cada estado do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, assim como garante que a União complementarará em até 30% os recursos destinados para essa finalidade.

Ou seja, hoje a demanda da educação é grande, o custeio da educação aumentou no que diz respeito ao transporte escolar e à merenda escolar. Os repasses por parte da União são os mesmos, não foram reajustados, reequilibrados. Hoje a própria instituição dos prefeitos reclama que o que vai para a merenda escolar não corresponde sequer a 30% do valor final dessa demanda e que esse custeio precisa ser bancado por alguém.

Houve o caso, inclusive, de prefeituras que diminuíram o ano letivo, cortaram período de aulas nas escolas e nas creches, porque não tinham recursos para custear essa demanda. Então buscamos, com essa medida, ter uma garantia mínima desses recursos com a participação da União e dos estados no sentido de subsidiar, exatamente, essas operações de custeios que estão levantadas pelos estados e municípios.

Outra questão interessante que está colocada, inclusive, na nossa primeira audiência pública, agora em agosto, vem no sentido exatamente de discutir essa questão da Previdência. Nós deixamos dois temas que são importantes para o segundo semestre. A questão da Previdência e o deputado Zé Nunes tem até um projeto, que ele vai falar depois, sobre a questão da participação dos municípios e dos estados nas contribuições sociais. Esses temas não eram consenso e, por isso mesmo, foram deixados para o segundo semestre. O Presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha prorrogou por mais 40 sessões, exatamente a vigência da atividade da Comissão Especial. Queremos chegar ao final do ano avançando nesses pontos, inclusive também contribuindo com o país, com a formatação, com a revisão do novo Código Tributário Nacional, que no Brasil virou um verdadeiro salamaleque de legislação, muitas delas até concorrentes.

Dentro da questão da Previdência, ainda hoje o governo federal convive com a lei que é do tempo do regime militar. Recolhe e debita, em conta de qualquer transferência corrente obrigatória, 4% em relação a alíquota do PASEP. Por um lado, estimulou os municípios e estados a retomarem os seus projetos de previdência

própria. Tem servidor que estava na Previdência do INAMPS e que veio para a Previdência do município e aquela parte que foi recolhida na época do INAMPS, simplesmente ninguém sabe onde está aquele recurso que é o que chamamos de valor a ser compensado.

Por outro lado, essa demanda desse servidor, muitos deles já em aposentadoria ou em período de se aposentar, gerou uma despesa para o município, que tem que arcar com essa despesa. Ainda hoje o governo federal retem 4% referente ao Pasep. Como é que ele pode reter se ele descentralizou e para onde é que está indo esse recurso que não vai mais para a Previdência? Vai para o caixa único do governo. Vai para a formação do superavit primário.

Então, diante disso, a ideia é zerar essa alíquota, porque, para extingui-la, a gente precisava de uma emenda constitucional que precisa de voto qualificado. Em um Projeto de Lei, temos condição de zerar a alíquota e, zerando a alíquota, se diminui essa possibilidade de retenção e ao mesmo tempo garante a transferência na plenitude dos seus recursos. Segundo o Senador José Serra, isso dá recursos hoje da ordem de mais ou menos R\$ 6 bilhões que o governo federal está retendo diante de um momento que não existe mais sequer esse financiamento da previdência, do INAMPS e parte do Pasep . Então, essa é uma retenção que os estados e os municípios ficarão desobrigados quando forem ter a transferência do governo federal para esses recursos.

Outra questão colocada é no que diz respeito ao piso salarial da educação. Os aumentos de piso muitas vezes são feitos com base em indicadores ou índices gerados em uma política econômica nacional e que nós sabemos que algumas regiões do país acompanharam esse crescimento e esse desenvolvimento e têm como arcar com essas despesas, mas há outros municípios que não têm como arcar com essas despesas. Existem municípios em que essas despesas extrapolam os seus orçamentos no percentual da própria educação destinados com base constitucional. Diante do fato, estamos inclusive pedindo que, quando estoure o teto, quando ultrapasse exatamente aquela possibilidade constitucional da obrigação do município, haja uma complementação por parte do governo federal no sentido da obrigatoriedade que foi feita no aumento do PIS salarial, sem levar em consideração exatamente a capacidade daquele ente federado, no caso a prefeitura de arcar com essa despesa. Ou seja, quando vier uma votação a nível nacional e inclusive nós já estamos tratando desse assunto na PEC 172, que vai impedir que o Congresso Federal e o governo federal aprovem despesas para os entes federados sem ter a garantia do lastro financeiro para ele. Nisso estão incluídos os pisos nacionais das categorias.

É lógico que os professores precisam ser bem remunerados. Professor que não é bem remunerado não tem o estímulo necessário e nem busca ter um conteúdo necessário para transmitir, para futuras gerações, a educação importante na formação dessa juventude de um país que pulsa por crescimento e desenvolvimento. Ao mesmo tempo, não adianta fazer graça sem ter o recurso para poder garantir. Então estamos criando uma suplementação de recursos no sentido de o governo federal, através do

Ministério da Educação, poder garantir esse piso para esses municípios que não têm condições de arcar com essas decisões.

Outra questão que está colocada é que há um montante muito grande de recursos, hoje, que se transformou em recurso financeiro barato para o Sistema Financeiro Nacional. Todo dia a gente vê os bancos brasileiros com lucros cada vez maiores. Mesmo com toda a tristeza da nossa economia, quem viu o balanço dos bancos nesse primeiro semestre fica até preocupado como é que eles conseguem ganhar tanto dinheiro diante de tanto sofrimento que o País inteiro está vivendo.

O dinheiro do depósito judicial só é corrigido pela taxa Selic. Muitas vezes você tem que dar uma garantia judicial dessa penhora, desse recurso, e fica lá no banco um dinheiro barato para ser usado pelo sistema financeiro nos seus empréstimos, nos seus financiamentos, muitas vezes, e sem retorno social nenhum. Não tem nenhum retorno para a sociedade nem para o Estado, que mantém o Poder Judiciário.

Diante dessa situação – inclusive, essa é uma proposição do governador Geraldo Alckmin – a gente entendeu que ela é interessante, porque os estados poderiam usar 50% desses recursos nas suas obras estruturantes e no disciplinamento do pagamento dos precatórios.

Então há uma proposição no sentido de que 50% desses valores dos depósitos judiciais – que é um volume de recursos hoje significativo no País, estamos até fazendo um levantamento para saber quanto é esse quantitativo – possam ser aplicados em obras estruturantes e possam servir de financiamento, inclusive, no cumprimento das obrigações com os precatórios.

No momento em que essas demandas judiciais vão sendo resolvidas, há a obrigação da reposição pelos Tesouros estaduais exatamente desses recursos. Isso é um dinheiro novo, é um dinheiro que mantém a mesma taxa de correção, só que em vez de ficar no caixa do banco, serviria, inclusive, para lastrear financiamento de obras estruturantes e também resolver o problema dos precatórios, que é um problema da própria demanda judicial.

Outra questão que também está colocada... E o exemplo está bem aqui no Hospital Geral do Estado, que tem a maior demanda de saúde pública em Salvador, quando uma pessoa precisa de tratamento ou de uma cirurgia, enfim, de um serviço prestado na área de saúde, ela é detentora de um seguro de saúde, ela paga um plano de saúde, mas hoje é impossível o estado e o município cobrarem dessas operadoras. Essas operadoras garantem uma lucratividade em cima exatamente desse usuário que usa o sistema público de saúde para o seu tratamento, para a solução do seu problema, e paga esse plano de saúde.

Estamos criando uma legislação capaz de fazer com que o estado e o município, que são detentores, que são os donos daquele equipamento de saúde no qual o usuário de um plano ou de um seguro de saúde faz o seu tratamento, ele possa cobrar desse plano de saúde.

Só para os senhores terem uma ideia, em 2009 isso dava um total de recursos

da ordem de R\$ 2,4 bilhões. Se a gente atualizar para hoje, com certeza isso demanda recursos superiores a R\$ 4 bilhões que ficam no lucro dessas empresas em detrimento, exatamente, de se poder financiar uma atividade de saúde para outras pessoas mais necessitadas, mais carentes, que precisam desses equipamentos. E isso num momento em que a saúde pública brasileira clama tanto por financiamento.

Então, se a prefeitura é dona do hospital, se o estado é dono do hospital, ele vai poder cobrar dessa empresa de saúde pelo serviço prestado a esse munícipe que ali se socorreu, seja por uma emergência, seja por uma urgência ou seja até por uma própria especificidade do tratamento. E aí esse recurso voltará para o atendimento a demandas de outras pessoas que precisam também daqueles equipamentos.

Isso é importante, porque, hoje, pela legislação, isso está centralizado no Ministério da Saúde. E isso precisa ser cobrado no mesmo ano em que foi exercida a ação de saúde que foi colocada. E o Ministério da Saúde não tem capilaridade, melhor, não tem condições técnicas e administrativas de fazer esse acompanhamento no País do tamanho do Brasil e com o volume de demandas que temos no País de hoje.

Então vamos descentralizar a possibilidade dessa cobrança para que os estados e os municípios possam, inclusive, receber esses recursos e refinar a sua atividade na área de saúde.

O problema dos aterros sanitários no Brasil virou um problema nacional. De um lado, para se aprovar, hoje, um projeto de aterro sanitário, leva-se, no mínimo, 2 anos. Não se consegue, em nenhuma instituição, a aprovação de projetos que incidam sobre o meio ambiente uma agilidade de aprovar um projeto desse em menos de 2 anos. Por outro lado, em algumas regiões do País ficaram inviáveis por causa dos preços do terrenos.

Foi aprovada uma lei que estipulava um prazo para que os prefeitos pudessem ter os aterros sanitários, senão os prefeitos incorreriam em crime de improbidade administrativa.

Diante desse fato e como o governo federal não tem recursos para financiar essas ações em todos os municípios brasileiros, vamos fazer a prorrogação da implantação de tal programa até o ano de 2019 para municípios abaixo de 100 mil habitantes; e até o ano de 2020 para os municípios acima de 100 mil habitantes, a fim de que eles possam, dentro de suas possibilidades, viabilizar a construção desses aterros tecnicamente aprovados e que possamos ter o maior controle sobre essa demanda dos lixões no Brasil que empobrece, inclusive, a nossa natureza.

Há uma modificação também que foi aprovada com relação ao piso nacional dos agentes comunitários de saúde, que está em R\$ 1.093,00, com correção anual baseado no índice de inflação adotado pelo Banco Central. Então, isso é no sentido de, exatamente, garantir a correção desses valores já com esse indicador com relação à inflação corrigida apresentada pelo Banco Central.

Há outra questão também colocada. Vejam, antigamente, existia a possibilidade de se fazer antecipações com relação às receitas. E, simplesmente, o Banco Central

impediu que os municípios pudessem usar de um instrumento de financiamento bancário com garantia, exatamente, nessas antecipações de receita.

Inclusive, nós estamos com uma proposição de quando for justificada a queda na arrecadação ou a impossibilidade de se manter alguns programas essenciais da gestão municipal, possa-se fazer a antecipação das receitas no modelo em que era feita até pouco tempo atrás.

E, por último, é, exatamente, o que reza a PEC nº 172, de autoria do deputado Mendonça Filho, no sentido de que toda e qualquer medida, que venha a ser tomada pelo governo federal ou aprovada pelo Congresso Nacional, tenha de ter a audiência, o consenso, a construção do diálogo com os estados e com os municípios no sentido de que essa medida não se esvazie e que ela perca o sentido de eficiência e de efetividade na medida em que os estados e os municípios não tenham o correspondente financeiro para arcar com esta nova demanda que será aprovada como medida de governo, como legislação, como lei, mas que não possa ser efetivada pela ausência de recursos ou de possibilidade financeira para os estados e os municípios arcarem com ela.

Então, diante disso, há a PEC nº 172 que já está tramitando no Congresso Nacional no sentido de dar essa garantia, qual seja, a de que não haverá mais surpresa na legislação com relação à criação de novos programas, novas leis, novos pisos que contenham incidência financeira sobre o orçamento dos estados e dos municípios sem a devida participação desses entes no diálogo e no debate sobre a construção dessas políticas públicas.

Acho que tudo isso representa um avanço.

Estamos vivendo um momento difícil da vida nacional. Mas, como dizem os chineses, crise é oportunidade. Temos de sair desta crise em uma alternativa de reconstrução do Estado nacional, em uma perspectiva de um futuro capaz de compartilhar os maiores espaços de cidadania, de gerar e retomar o crescimento econômico para, inclusive, lastrear e dar as garantias necessárias de todos os avanços sociais que vivemos nos últimos anos.

Vejam, nós não podemos nos aprofundar dentro dela, porque, só aprofundando sem buscar construir uma alternativa para remontar este quadro nacional, podemos, também, incorrer numa mudança para pior!

A história está cheia de exemplos que, em momentos de crise, existiram nações que souberam sair da crise crescendo e aumentando o seu potencial. Nesse sentido, o Brasil tem tudo para isso, pois é um continente e tem um potencial econômico fantástico, uma vez que o Brasil pode ser o maior produtor de alimento do mundo. Este é um País que, até quando o desequilíbrio vem, há setores da economia que remontam e ganham dinheiro com ele.

Está, aí, o exemplo claro do aumento do dólar que ocorreu, exatamente, em função do desequilíbrio da moeda e do desajuste fiscal que o País está vivendo. E o aumento do dólar é bom para a agricultura, a agropecuária e o setor de minerais. Por quê? Porque atrai, inclusive, um maior recurso e um maior papel na expansão da base

econômica do País.

Então, é um País que, devido à sua diversidade tamanha, precisa-se dar a ele gerenciamento; precisa-se dar a ele gestão e precisa-se dar a ele condições de construir essa gestão através de uma legislação capaz de valorizar estados e municípios para que possamos, de fato, ter um Estado federativo compartilhado e de crescimento uniforme para todos nós brasileiros.

Muito obrigado e muito obrigado à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.
(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Quero registrar as presenças do Sr. José Aldo Rabelo, prefeito de Adustina; Luzinar Medeiros, prefeito de Mundo Novo; Iramar Braga, prefeita de Ituberá; Fátima Nunes, prefeita de Euclides da Cunha; Rui Macedo, prefeito de Jacobina; Cláudio Queiroz, ex-prefeito de Valença; Ricardo Moura, ex-vice-prefeito de Valença; Humberto Soares Leite, prefeito de Santo Antônio de Jesus; Adriano Barbosa Meireles, vice-prefeito de Cairu; Givaldo Paixão Santos, prefeito de Ouriçangas; Heráclito Rocha Arandas, prefeito do município de Jaguaripe.

Solicito ao nobre deputado Fábio Souto assomar à Presidência dos Trabalhos para eu fazer uma rápida apresentação.

(O Sr. Fábio Souto assoma à Presidência dos Trabalhos.)

O Sr. PRESIDENTE (Fábio Souto):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Eu não vou fazer um discurso como o nosso querido deputado Danilo Fortes, que fez a sua exposição, pois ele é presidente da comissão especial que discute o pacto federativo.

Evidentemente, todos nós, políticos, deputados federais, estaduais, prefeitos, enfim, temos de dar apoio a essas medidas que estão sendo propostas na comissão da Câmara Federal até porque essas medidas – parece-me, caro deputado Danilo – têm caráter urgente e poderão acontecer dentro dos próximos 2 anos, se não me engano.

Há algo que não sei se ouvi. Como fui prefeito 3 vezes, sofria isso na pele. Observem, as prefeituras são consideradas, para efeito de pagamento de encargos sociais, como se uma empresa fosse. E, naquela hora, é como se o governo tivesse sacando das prefeituras algo em torno de 22% que é o INSS patronal de uma instituição que não tem fins lucrativos. (Palmas) Ao contrário, a prefeitura é uma instituição que está ali para levar o serviço público para os cidadãos brasileiros.

Vou repetir.

Temos de dar apoio a todas essas medidas e sugestões que a Câmara Federal apresenta através de sua comissão temática. Estão, aqui, presentes os deputados federais Arthur Maia, Luiz Caetano, José Nunes.

E a gente agradece as suas presenças, aliás, de todos vocês.

Quero fazer um agradecimento, também, à equipe econômica da prefeitura de Alagoinhas, na pessoa do Dr. Renato Almeida, que muito nos ajudou no que vamos mostrar aqui.

Alguém ou algum órgão da imprensa disse: “Você está sonhando? Você é um sonhador!”

Vejam, de fato, a sugestão que queremos dar e ela é uma sugestão para ser analisada a médio e longo prazos. Nessa sugestão, a gente solicita que o deputado Danilo Fortes junto aos outros membros da comissão solicitem ao presidente da Câmara dos Deputados não destituir esta comissão temática que trata do pacto federativo. E quando esses trabalhos acabarem, espera-se que tal comissão possa continuar, de forma permanente, estudando uma alternativa definitiva para que os municípios possam sobreviver de forma autônoma e possam planejar e executar as ações que as pessoas tanto precisam.

Portanto, o que vamos mostrar é algo perto do impossível. Mas é preciso a gente trabalhar, é preciso reclamar, gritar para ver se um dia acontece.

Vejam, em uma sessão como esta, no dia de hoje, como uma segunda-feira, eu confesso que estava temeroso não haver presenças de deputados. Inclusive, o nosso querido José Ronaldo me chamou a atenção para este fato. E não farei mais isso. Em uma segunda-feira pela manhã em época de retorno de recesso, é difícil contar com presenças de colegas. Fiquei, até, surpreso com a quantidade e com a qualidade de pessoas que aqui estão presentes.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Quero colocar na tela para mostrar a distribuição da riqueza nacional.

Nós temos a Região Sudeste, já conhecida de todos, que guarda consigo mais da metade do PIB brasileiro. Esta região conta, apenas, com 10,9% do território brasileiro, mas com uma população brasileira em torno de 41,9%.

Do outro lado, temos a Região Norte que tem quase metade do território brasileiro e só tem 5,3% do PIB e 8,5% da população.

Depois vem a Região Nordeste com 3,5% do PIB, 18% de território e 27,7% de população.

A Região Centro-Oeste tem um PIB de 9,8%, um território de 18,9% e a população 7,5%.

A Região Sul contém um PIB de 16,2%, um território de 6,8% e a população de 14,3%.

Já vemos, por si só, a distorção. Esta é uma forma discriminatória que, lá, na origem, como disse o deputado Danilo Fortes, o País foi tratado. O País concentrou riqueza em uma determinada região. E esta riqueza levou essa região a ser densamente habitada e, conseqüentemente, concentrando as riquezas do nosso País.

Eu fico observando o seguinte. O governo da União é uma máquina do tamanho do mundo. A gente pode imaginar. A União é uma engrenagem já cansada, porque é muita coisa. O governo da União tem de se preocupar em mandar para o

município o dinheiro daquele Programa de Saúde Bucal; assim como tem de mandar para o município os recursos para pagar o médico do Programa Saúde da Família. E tais recursos são, sempre, menores do que, de fato, os prefeitos pagam.

Vejam o exemplo. Se o prefeito quiser construir... Eu falarei, aqui, mais dos prefeitos, porque já fui prefeito. Falarei mais de município. Se o prefeito quiser construir uma unidade de saúde, o prefeito, de um modo geral, tem de pedir recursos com a cuia na mão, às vezes, ao governo do Estado e, na maioria das vezes, ao governo da União. Se o prefeito quiser até, às vezes, reformar uma unidade de saúde, de um modo geral ele tem que ir com a cuia na mão pedir às vezes ao governo do Estado, mas na maioria das vezes ao governo da União. Se quiser reformar uma unidade de saúde tem que ser assim. Se ele quiser construir uma escola também tem que pedir ao governo federal, o material didático tem que ser pedido ao governo federal, transporte escolar o governo federal tem que se preocupar em fazer continha para mandar os recursos para os municípios, e da mesma forma a merenda escolar. Eu conversava ontem à noite com o deputado Danilo Forte e ele me lembrava que são apenas 30 e poucos centavos que se manda para os municípios e os municípios têm que complementar.

Gostaria de registrar a presença da prefeita Maria Quitéria, presidente da União das Prefeituras das Bahia e pedir que faça parte da nossa Mesa, por favor.

O governo federal cria programas sociais, como o PET e tantos outros mais e manda um pequeno recurso para o município e o município que consiga mais recurso para colocar naqueles programas, e geralmente termina contratando pessoal que vai influenciar no índice de gasto com pessoal.

Passe, por favor, para a segunda tela. Feito isso, daqui a pouco vamos entrar no sonho. Aí é o gráfico da distribuição do PIB nacional, (pode passar para agilizarmos) aí é a concentração de arrecadação e repartição das receitas. Vejam nesse primeiro círculo, ao seu lado esquerdo, participação da União, dos Estados e dos municípios na arrecadação tributária. A União arrecada, tem o potencial de arrecadar e arrecadou em 2013, 67,8% dos tributos no país. O Estado arrecadou 25,8 e os municípios apenas 6,4. Mais uma vez aí os municípios foram discriminados porque a União ficou com o bom para ela, o que facilita a sua operação de arrecadação, fiscalização etc; o Estado ali, mediano, com 25,8 e os municípios apenas com 6,4. Ali é o que se arrecadou.

A União passa recursos para o Estado, passa também para os municípios e o Estado também passa recursos para os municípios, que fica aquele outro quadro ali, a União fica com 57,4% das receitas, o Estado com 24,2 e os municípios apenas com 18,4. Qual é o sonho? Mudarmos ali, apagar municípios e colocar União, apagar União e colocar municípios para os municípios ficarem com a maior parte da receita. É preciso que as pessoas, que a União, que um novo pacto federativo que seja discutido ao longo do tempo leve em consideração principalmente o ser humano, a pessoa que geralmente é um fator dos menos importantes na hora de se distribuir essas receitas. Essa coisa é complexa, tive o apoio da equipe de Alagoinhas, fui pesquisar uma série de coisas e ainda assim não conseguimos os dados com exatidão.

Ali, em números, a União em 2013 arrecadou de receita tributária de impostos e taxas 376 bilhões 42 milhões 541 mil. De contribuições: 657 bilhões, 093 milhões e 92 mil. Outras receitas correntes: 210 bilhões 448 milhões 546 mil, que dá um total de receitas correntes de 1 trilhão 243 bilhões 584 milhões 179 mil.

Ainda temos receitas de capital, que essa é intocável, e dá em torno de 680 mil, aproximadamente, que fecha o total das receitas da União.

Mas, vejam que coisa, inteligente, da União. Ela só é obrigada a distribuir com os estados e municípios, a receita tributária, 376 bilhões. Até nas contribuições que foram criadas ao longo do tempo, a União é desobrigada a partilhar com os Estados e municípios. Ali está o grande buraco de hoje. Se aquilo fosse tratado como tributo, ao invés de criar contribuição, a União tivesse aumentado impostos ou criado impostos e taxas, naturalmente que os Estados e municípios estariam inclusos ali naquela partilha.

Parece-me que a comissão está discutindo a possibilidade da União repartir também aquelas contribuições com os Estados e municípios, o que acho que já melhoraria bastante a situação de escassez de recursos que se vê hoje nos municípios. Os Estados, e aí são números aproximados, não consegui, de fato, o número exato, arrecadou 330 bilhões, todos os Estados juntos e cerca de 284.391 milhões de outras receitas correntes, fechando 614.391.404.

Os municípios do Brasil, todos juntos, só arrecadaram cerca de 75 bilhões de reais, sendo que ali estão os somatórios. Bom, a distribuição das receitas, hoje, é mais ou menos aquilo ali, 57,4% a União, que fica com aquele valor; 24,2% do Estado fica com aquele valor; 18,4% para os municípios.

Aí nós fizemos uma demonstração das distorções da distribuição de receitas entre capitais de diferentes regiões. Temos ali, por exemplo, Salvador com 2.883.682 habitantes com uma receita per capita de 1.449,61. Ou seja, o que Salvador arrecada e recebe, dividido pela população. E você vê, Curitiba com pouco mais da metade da população de Salvador, com 1.848.946 habitantes e com pouco mais do dobro da receita per capita.

Ou seja, Curitiba está em vantagem sobre Salvador. Aí você vai para Recife, com 1.608 mil habitantes, com receita per capita de 2.198. Porto Alegre, com 1.472 mil habitantes, com receita per capita de 3.025. Fortaleza, a terra do nosso deputado Danilo Fortes, com 2.571.896 habitantes, tem uma receita per capita de 1.676 contra Belo Horizonte, 2.491.109 habitantes e uma receita per capita de 2.860. Boa Vista, 314.900 habitantes, com uma receita per capita de 2.151. Vitória do Espírito Santo, com 352.154 habitantes, com per capita de 4.230, 97.

Pegamos também aqui alguns municípios da Bahia comparados com municípios de outras regiões. Itatim, com 14.691 habitantes com receita per capita de 2.086; Carapicuíba com 14.703 habitantes, parecido o número de habitantes, mais com 7.113 de receita per capita. Olhem a diferença de um para o outro. Aratuípe aqui na Bahia, que estão os nossos amigos vereadores e lideranças, tem ali 9.104 habitantes para uma receita per capita de 1.684; Carneirinho, em Minas Gerais, 9.939

habitantes, com uma receita per capita de 4.318; Camacã, na Bahia, 33 mil habitantes com 1.423 de per capita e Agudos em São Paulo, com 36 mil habitantes com 3.410,00. Há também Feira de Santana comparada com Osasco. Feira de Santana tem 1.213,00, Osasco tem 4,664,00; Eunápolis, na Bahia, tem 1.702,00 de per capita contra 4.440,00 de Itaguaí; Alagoinhas, na Bahia também, 153.560 habitantes com 1.636,00 de per capita com Rio das Ostras, no Rio de Janeiro, 127.000 habitantes com 5.515,00 per capita.

Então dá para os senhores verem aí a forma discriminatória, perversa e injusta de se dividir as receitas públicas no país.

(Continua a exibição no data show.)

Podem passar porque o pessoal já entendeu o que queremos demonstrar. Aqui é um sonho, senhores deputados federais da Comissão, que os senhores podem chegar lá melhorar e ir tornando realidade colocando alguns temperos de modo que seja possível se aproximar desse sonho.

Imaginamos, como falei no início, que todos são iguais, todos têm que ter o mesmo direito, todos têm as mesmas necessidades. Às vezes, no interior, fica alguém doente, vai para o hospital passando mal, com infarto e tal, e procura, chega no limite do município e para onde é que vai agora? Vai para o Estado. O Estado já não atende. Vai pra onde mais? Ninguém sabe.

Então é preciso que o município tenha autonomia para dizer: Eu vou resolver aqui. Então imaginamos que para se distribuir as receitas fosse levado em consideração a per capita, o ser humano, a pessoa, e que essa per capita fosse de 4.800,00 para cada brasileiro. Multiplicando isso por 205 milhões de habitantes teríamos que gastar 984 bilhões de reais que seriam repassados para os municípios.

Aqui começamos a entrar no imaginário. Para o Estado seria considerado, uma renda per capita de 3 mil reais que daria cerca 615 bilhões de reais, o que não está muito distante do que é distribuído hoje com os Estados; a União ficaria apenas com 123 bilhões de receita tributária, 210 bilhões de outras receitas correntes, num total de 333 bilhões, 975 milhões; o Estado com 615, os municípios com 984.

Olhem como quase inverteu aqueles percentuais do círculo que eu falei. A União ficaria com 17, o Estado com 31,8 e os municípios com 50,9.

Agora, e como é que a União vai custear, por exemplo, o Ministério da Saúde? Não iria ter mais custeio. A União trataria das políticas de saúde do país. Quem iria executar seriam os municípios que com o novo dinheiro e aí, Arandas, não teria que pedir mais a ninguém, o município executaria e o Estado acompanharia essas ações. Falo na saúde como de todas as outras.

O Estado, por exemplo, hoje com a sua máquina grande ainda tem que tomar conta dos colégios do 2º Grau do Ensino Médio e isso não tem cabimento. Lá em Cairu, minha terra, há um colégio do Ensino Médio que o Estado tem que se preocupar com aquela unidadezinha lá. Não tem cabimento. Isso tem que ser do prefeito, mas o prefeito tem que ter mais dinheiro para isso.

Então, em linhas gerais, a nossa proposta, e aí, presidente, vamos entregar a V.Ex^a a nossa Indicação para que o senhor leve para o presidente da Câmara para que essa Comissão continue discutindo essa alternativa definitiva para que mudemos a realidade desse país, porque só assim... Olha, desde criança, que ouço falar em falta de esgotamento sanitário tratado, desde criancinha, e, até hoje, continuo ouvindo falar nisso. Será que daqui a mais, não vou dizer a minha idade, daqui a mais tantos anos nós vamos continuar falando ainda nisso?

Portanto, é preciso coragem, é preciso vontade política, para que, de fato, transformemos esse país de uma vez por todas e criemos condições de melhorar a vida de cada cidadão e cidadã brasileiro no seu dia a dia.

Muito obrigado a vocês todos. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Vamos continuar registrando as presenças do prefeito de Mundo Novo, Sr. Luzinar; do prefeito de Presidente Dutra, Sr. Roberto; do prefeito de Jaguaripe, Dr. Arandas; do prefeito de Iaqu, Nixon Duarte.

Com a palavra o deputado federal Luiz Caetano.

O Sr. LUIZ CAETANO:- Bom-dia! Primeiro, quero saudar todos os municipalistas aqui presentes, saudar a Mesa na presidência de Hildécio Meireles e parabenizá-lo por esta sessão especial. Saudar o nosso presidente Danilo Fortes, o nosso comandante da Bahia, em Brasília, Zé Nunes, quem manda lá é ele; Maria Quitéria, presidente da UPB; prefeito José Ronaldo; Oberdan, nosso procurador; e todos os presentes.

Vou falar rapidamente, mesmo porque tive três mandatos de prefeito, dois de vereador, um de deputado estadual e, agora, deputado federal, e venho há vários anos nessa luta pela reforma tributária, pelo pacto federativo, assim como tantos outros que estão aqui que têm uma experiência maior do que a minha nessa matéria. Quero dizer que foi uma vitória muito grande a constituição de uma comissão do pacto federativo no Congresso Nacional. E, também, a presidência de Danilo Fortes, que é um municipalista, tem dado boas contribuições, é nordestino e sabe melhor do que ninguém essa comparação que Hildécio fez aqui agora de manhã, mostrando essa diversidade e essa contradição existente entre a população, os municípios mais pobres, os pequenos, e os grandes municípios. Hildécio esqueceu somente de falar uma coisa no seu levantamento, que temos um problema bem mais rápido para resolver e que ainda não conseguimos, que é a questão dos royalties do petróleo e do Pré-Sal. Estão judicializados, mas acho que melhoraria e muito essa discrepância que existe por causa dessa concentração.

Mas sou daqueles que dizem que pacto federativo é uma guerra prolongada. Queremos o pacto, mas, para tê-lo, temos que ter a guerra, porque não vai acontecer o pacto se não persistirmos numa questão central, que é a autonomia dos municípios. Votamos agora o relatório da comissão do pacto federativo. Excelente, um avanço

fantástico! Primeiro, não pode ser partidário, não pode partidizar essa discussão, tem que ser suprapartidária. Temos que buscar um pacto de fato. No momento em que votamos o pacto federativo, o TSE baixa uma resolução dizendo que as câmaras de vereadores não têm mais poder nos municípios, que os tribunais de contas têm mais poder do que as câmaras de vereadores. Quer dizer, tira um pedacinho da autonomia que temos. Não podemos concordar com isso. Não podemos deixar que toda essa geração de políticos municipalistas, 80, 90% dela, passe a ser ficha suja por causa da decisão desse ou daquele conselheiro do Tribunal de Contas que não goste, não concorde ou tenha raiva do prefeito por uma questão pessoal ou política. Não é verdade?

Vivenciamos isso aqui na Bahia. Ou não vivenciamos? E, às vezes, temos medo de enfrentar essa discussão aqui na Bahia, na Assembleia Legislativa, dentro do Congresso Nacional, junto as nossas instituições. Com raríssimas exceções, fazemos esse debate aqui dentro. Se o presidente de uma câmara errar em alguma coisa, o Tribunal de Contas vai lá e se achar conveniente, porque 90% dos pareceres do Tribunal de Contas aqui dos municípios, Danilo, sabe o que acontece, é unanimidade no Tribunal de Contas, cada conselheiro é um tribunal de contas, é ou não é? Estou mentindo aqui? Cada conselheiro aqui é um tribunal de contas. Por exemplo, tem prefeito que está com as contas lá há 3, 4 anos para ser votada, discutida ou não, e ficam à mercê do Tribunal de Contas. Estamos perdendo autonomia, não dá para ter pacto sem autonomia do município. O prefeito, o vereador são os maiores políticos do país, as campanhas eleitorais partem do prefeito e do vereador para deputado, para senador, para presidente, para governador e também para o município. Essa é a verdade, temos que reivindicar essa autonomia municipal. Os prefeitos não têm autonomia, as câmaras não têm autonomia e o pouco que tem estão querendo tirar e não vão conseguir, temos que enfrentar esse debate em Brasília agora no segundo semestre. Já falei com Danilo várias vezes, como é que vamos resolver isso dentro da Câmara Federal?

O problema é que a Câmara Federal tem poucos municipalistas, eu não sabia disso. Trabalhei o tempo todo como municipalista sem saber a realidade da Câmara Federal. A maioria absoluta dos deputados federais não é municipalista, todos recebem votos dos municípios e não são municipalistas, não são! Quando você defende a bandeira do municipalismo, alguns gozam com a sua cara e dizem que essa é uma bandeira atrasada. Mas na hora de buscar o voto, vai no município buscar o voto ou não vai? Quem é aqui que se elege sem buscar voto do município, sem discutir com o município, sem conversar com o vereador, com o prefeito e com as instituições?

Essa é uma discussão que teremos que colocar na mesa. Para fazer o pacto também é preciso fazer a mudança das leis do Estado, elas estão ultrapassadas. O prefeito aqui leva um ano para fazer uma licitação, está errado, porque para a Copa foram 15, 20, 30 dias? Por que para o município, Varandas, você que é advogado, competente, prefeito, a gente leva um ano, um ano e meio para fazer uma licitação?

Eu comprei uma briga em plenário na Câmara porque no plenário estava lá a primeira votação nossa da reforma política: senador 10 anos, governador 5 anos, presidente 5 anos e não tem reeleição, mas a primeira eleição para prefeito 4 anos. Que zorra é essa? Vamos ter a eleição com 4 anos para nós, os prefeitos municipalistas, 4 anos para os senhores que estão nos cargos sem reeleição, com 3 eleições em 4 anos. Acaba com o resto dos municipalistas, não tem jogo. Mudou, aí colocaram 4 anos para todo mundo sem reeleição, vamos pegar o ano que vem, os prefeitos, os municípios, 4 anos de novo com 3 eleições dentro, quem aguenta? Quem suporta isso? Nem os munícipes nem os gestores. Você entra 4 anos sem reeleição, você pega o primeiro ano para fazer ajustes, para fazer planejamento, o diabo a quatro, licitação e começa a governar no segundo ano, e já é eleição de novo. Aí você tem que eleger seu deputado estadual ou federal ou então você fica desmoralizado. Como é que você é prefeito de uma cidade e não elege seu deputado estadual ou federal, não é mais votado? Porque todo mundo fica dando conta, o candidato do prefeito teve mil votos, o candidato da oposição teve dez mil, aí já passa a oposição a governar o município, porque depois do segundo ano se o prefeito não reagir já é a oposição que está forte, ou não é assim no município? Eu digo que essa é uma guerra prolongada.

Quero dizer aqui nessa sessão esplêndida que tem vários partidos, vários deputados, vários municipalistas. Temos que acertar os ponteiros em Brasília agora no segundo semestre, que esse pacto federativo tem que ser suprapartidário, temos que buscar um caminho, trabalhar, para que ele saia de fato, mas não é só sair, que ele saia e que seja colocado em execução. Não adianta sair o pacto e depois não resolve. Ganhamos a luta dos royalties do petróleo, do pré-sal, há 4 anos e está lá parado no Supremo Tribunal. E ficamos doidos: sai no que vem, sai uma zorra! Está lá seguro e por que está seguro? Porque São Paulo é forte, o Rio é forte. O Rio fez manifestações estratosféricas, não fizemos aqui e foram para a Globo, e a Globo defendeu que não devia sair, que tem município no Rio que arrecada trilhões e a gente aqui no Nordeste, estamos do jeito que estamos.

Por último, quero dizer ao presidente da Mesa esta minha opinião – e a todos vocês: a crise do País é uma crise econômica e política, todo mundo sabe, o mundo vive em crise econômica, é uma crise do capitalismo mundial, que se reflete em cada país, a depender de como estão sendo governados. Vemos a Grécia quebrada, outros países, quebrados... Zé Ronaldo está ali dizendo que no Rio Grande do Sul o governador vai pagar os salários em 3 vezes. Quebrou o estado. Paraná, quebrado!

Mas a crise econômica sempre sai, ela é cíclica, sempre se encontra uma forma de sair, mais cedo ou mais tarde. Nós estamos precisando agora ver do ponto de vista político como sair desta crise econômica e política. Cada segmento do governo, Câmara federal e Senado vão buscar suas saídas.

Mas quero dizer o seguinte: que esta crise não atrapalhe a gente buscar o pacto, porque nós vamos enfrentar a crise econômica com o desenvolvimento local. Oitenta por cento da população, hoje, é população das cidades, a população da zona rural migra para a cidade, da cidade pequena para a cidade grande, esse é o quadro que há

aqui na Bahia e no Brasil. Como vamos reverter esse quadro para não inchar as grandes cidades, que já estão inchadas? É levar o desenvolvimento para aquelas pequenas cidades, para os pequenos municípios.

Como é que nós vamos levar o desenvolvimento para lá se a gente não peita e quebra essa questão para construir o pacto federativo, que é também a transferência de recursos? Como é que eu posso transferir recursos se criei agora o orçamento impositivo no Congresso Nacional, pelo qual cada deputado tem seus 10, 15, 16 milhões de reais por ano para poder distribuir? Antes de existir esse orçamento impositivo, deveria ter sido feita a reforma tributária. Não se fez a reforma tributária, aí ficam os prefeitos buscando convênios, a maioria dos municípios estão inadimplentes, não podem buscar convênios, não podem ter convênios, e com isso os municípios perdem.

Acho que dentro do pacto federativo, a nossa questão central é a questão do pacto político para buscar o desenvolvimento dos municípios, a autonomia dos municípios. Eu não sei a quem os tribunais prestam conta, não sei. Mas sei que o município presta conta para o promotor do município, presta conta para o promotor do Estado, para o promotor federal, para a Polícia Federal, para a Procuradoria, para todo mundo, até para extraterrestre tem que se prestar conta aqui no município.

Mas quem nos administra presta conta a quem? E acima de tudo temos que prestar conta para a sociedade de 2 em 2 anos, nas eleições. Portanto, essa iniciativa conta com o meu apoio, o nosso presidente da comissão, deputado Danilo, sabe, a prefeita Maria Quitéria sabe. Mas, acima de tudo, ou a gente vai para cima para mudar tudo ou continua sem mudar nada, e a gente se arrombando nos municípios.

Viva o pacto federativo! (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Quero registrar a presença do vereador Ronaldo Teixeira, presidente da Câmara de Ituberá; do vereador de Ituberá Luciano Costa; Dirce Terezinha, vereadora de Ituberá; Antônio Carlos, vereador de Ituberá; Alcione, presidente do CDL de Ituberá; Péricles Santos Paulo, presidente da Câmara de Jaguaripe; José Nunes Viana, vereador de Jaguaripe; Robson da Paz, vereador de Jaguaripe; Adeilton Almeida, vereador de Jaguaripe; Elton Santos, vereador de Nazaré; João Paulo, vereador de Nazaré; Anita Brito, vereadora de Nazaré; Laércio Cardoso, vereador de Aratuípe; Edson Souza, vereador de Aratuípe; Julival, vereador de Aratuípe; Amílton Lemos, vereador de Aratuípe; Rosival e Pedro, vereadores de Aratuípe; Rosival Lopes, vereador de Taperoá; Manoel Valter, Vava do Orobó, vereador de Valença; Jaci Bartolomeu, vereador de Cairu.

Passo a palavra ao deputado federal José Nunes.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Bom-dia a todos. Quero saudar o presidente da Comissão Especial, deputado Danilo Forte, e todos os Srs. Deputados na pessoa de Hildécio Meireles, os prefeitos, na pessoa de Maria Quitéria, e todas as demais

autoridades se sintam saudadas.

Meus caros companheiros, tive a oportunidade de começar minha vida política como prefeito da minha terra, Euclides da Cunha. Portanto, conheço de perto o sofrimento dos pequenos e médios municípios da Bahia, do Nordeste e do Brasil. Tive a oportunidade também de, por quatro legislaturas, pertencer a esta Casa Legislativa, e hoje estou no segundo mandato de deputado federal, sempre defendendo o municipalismo, sempre defendendo, portanto, os interesses dos municípios, Danilo.

Vejam bem, no meu primeiro mandato de deputado, tive a oportunidade de aqui apresentar um projeto de lei em que já tratava de um minipacto federativo na Bahia. Aquele famoso projeto do ICMS, em que fizemos uma distribuição social dos recursos. Naquela época, tínhamos municípios que não recebiam nem 10 salários mínimos por mês de participação no bolo do ICMS. A partir do nosso projeto, houve um avanço, e hoje ainda não está bem, mas houve uma melhora substancial.

Não podíamos fazer mais nada além disso, porque a Constituição federal limitava em 25% a parte que as Assembleias Legislativas poderiam legislar na questão do ICMS. Portanto, quero dizer, Danilo, que lá na nossa Comissão Especial poderíamos tratar também deste assunto importante, que é mudar essa questão dos 25% das Assembleias Legislativas, porque há estados com particularidades diferentes do outro; é um País muito difícil para se fazer um pacto olhando essas questões.

Ora, se as Assembleias só podem legislar em 25%, até esse percentual você pode mexer para distribuir melhor para os municípios. Se o Estado de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Paraná têm uma característica diferente, que eles fiquem com os 10%, com os 15%, mas que deixem os estados do Nordeste e do Norte do País poderem realmente legislar de uma forma mais social.

Mas quero dizer que, com muita honra, participo também da Comissão Especial do Pacto Federativo. E paralelamente a isso, já estive conversando com o presidente Danilo Forte para, neste segundo momento, agora, no segundo semestre, podermos fazer constar no segundo relatório uma PEC de minha autoria. A PEC nº 78 irá realmente melhorar sensivelmente a participação dos estados e municípios no bolo da representação.

O nosso Hildécio fez aqui uma explanação, uma apresentação, que é verdadeira. Os municípios, onde o povo mora, reside, é que menos participam. A nossa PEC é muito simples, ela por si só já valeria meio pacto federativo, Danilo, se conseguíssemos aprová-la, pois significaria os estados e municípios participarem cada um com 7,5% do bolo da arrecadação das contribuições.

Na Constituição de 1988, essas contribuições não representavam nem 25% do bolo arrecadado da União. Hoje já chega a mais de 50%, porque toda vez que o governo federal precisa de dinheiro, toda a vez que precisa aumentar a sua arrecadação dele, ele pensa nas contribuições.

Vou dar um exemplo muito claro: o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica vai no máximo a 25%. O governo pensou em aumentar o Imposto de Renda. mas aí um

sabichão lá, no Ministério da Fazenda, disse: “Não vamos aumentar o Imposto de Renda porque os municípios e estados vão participar, vamos criar aqui uma Contribuição Social sobre o Lucro Real, da ordem de 9%, porque esses 9% ficam só para a União. E é assim que tem sido feito ao longo dos anos, e os estados e municípios ficam a ver navios nessa questão. De forma que é preciso mudar essa mentalidade para que possamos melhorar a questão social. Porque não se pode ter uma melhoria social no País se não houver uma melhor distribuição de renda para os estados e municípios.

Passando essa PEC, aumentaremos em torno de 35% do FPM. Como a Constituição federal diz que as contribuições só podem custear a saúde e a ação social, dentro da nossa PEC se diz que esses recursos serão destinados à saúde e à educação. Portanto, acho que há uma facilidade grande de aprovação, porque não fere a nossa Constituição.

Entendo perfeitamente que precisamos trabalhar no Congresso Nacional não somente nessas questões, mas também olhando os municípios que, em função da queda de arrecadação, do aumento das despesas, vivem hoje, todos os prefeitos do Norte e Nordeste, com uma outra preocupação adicional, que é a aprovação das contas. Setenta e cinco por cento dos municípios brasileiros não vão conseguir aprovar suas contas por causa da questão do índice de pessoal. Hoje, qualquer município pequeno e médio que não tem receita própria de ISS e de IPTU termina tendo um aumento substancial na sua folha, chegando a 60%, 65% do comprometimento do orçamento com folha de pagamento. É isso que vemos de modo geral.

Que culpa têm os prefeitos para ficarem inelegíveis e serem tachados de incompetentes se, na verdade, as receitas se reduzem e as despesas crescem? Essa é a grande verdade deste País.

O governo cria programas e mais programas sociais e nunca perguntou aos prefeitos se podem ou não abraçar aqueles programas. São programas importantes, mas só que os municípios não podem arcar com aquilo.

Há outra questão, Quitéria, que é o índice de pessoal. Já que estamos falando, participo também de uma comissão do projeto de lei nº 251, o qual trata da questão da saúde no que diz respeito à folha de pagamento. Agregamos, no nosso relatório, a proposta de que sejam excluídas do cálculo, para efeito do índice de pessoal, as despesas de saúde, educação e assistência social.

Como disse o Caetano, infelizmente, no nosso Congresso não existe a maioria de municipalistas. Quando vamos com essa ideia, eles dizem que estamos inventando coisa, porque a realidade, principalmente do Sul, é totalmente diferente da do Nordeste. Eles não querem entender isso.

Outra situação que precisa ser tratada é a questão do artigo 42, o qual deixa os prefeitos inelegíveis. Ora, como é que os prefeitos podem fechar uma conta que hoje se anda rodando de bicicleta, pagando as despesas do mês anterior com a receita do mês seguinte? Quando chega ao final do ano, não tem como fechar o artigo 42,

deixando o prefeito inelegível, respondendo processo.

A atividade de prefeito é uma atividade de risco, hoje. Vocês, prefeitos, podem sair da Prefeitura e ficar respondendo processo o resto da vida.

Minha esposa é prefeita. Brinco com ela, dizendo que ela não se preocupe, porque já está com quase 60 anos, e quando estiver com 80 anos estará livre de todos os processos. Infelizmente, esses processos vêm para cada prefeito, porque a legislação é perversa para com os prefeitos.

Tenho dito em Brasília que somente os loucos vão querer ser prefeitos. Porque, do jeito que está, não há dinheiro, há as leis para punir os prefeitos. Há questão da Responsabilidade Fiscal, o artigo 42, e ainda tem o Ministério Público pegando no pé de cada prefeito todos os dias. Os prefeitos estão acuados, sem poder fazer nada.

É preciso tratar melhor os prefeitos do Brasil, porque, dessa forma, ninguém vai querer, de sã consciência, governar seus municípios.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Gostaria de registrar a presença de Antônio Miranda Júnior, ex-prefeito de Aratuípe, e Diego Meireles, vereador de Cairu. Passaram por aqui também os deputados estaduais Augusto Castro, Leur Lomanto Júnior, Zé Neto, Vitor Bonfim e Soldado Prisco. Está aqui presente o deputado Zé Neto.

Gostaria de passar a palavra à secretária Rosemma Maluf, do município de Salvador, pelo tempo de 5 minutos.

Gostaria de esclarecer que a buzina é automática, não sou eu. Vamos ter de respeitar o tempo porque ainda há pessoas para falar.

A Sr^a ROSEMMA MALUF:- Boa-tarde. Saúdo o deputado Hildécio Meireles e todos os membros presentes.

Comecei a me dedicar às questões regionais em 2000, quando idealizei o projeto do arranjo produtivo de confecções da rua do Uruguai, em Itapagipe. Comecei a perceber que nós, brasileiros, somos punidos pelos locais em que nascemos.

Não tenho dúvida de que quem nasce no Sul ou Sudeste tem melhores oportunidades do que quem nasce no Norte ou Nordeste. Esse projeto teve o apoio da Confederação Nacional das Indústrias e do Sebrae. Avançamos bastante. Na época, era gestão do governo Paulo Souto, e o secretário de Ciência e Tecnologia, o Rafael Lucchesi, quando conseguimos captar 17 milhões de dólares do BID para apoiar os arranjos produtivos no Estado da Bahia.

Gostei muito da apresentação do deputado porque vem ao encontro do que trago. Já temos essa solução, é um dispositivo constitucional, o artigo 165, da Constituição Federal, que estabelece que o repasse deve ser proporcional à população das regiões. O parágrafo 7º, apoiado pelo art. 35 das disposições gerais, deu um prazo

de 10 anos, a partir de 88 – em 98 esse prazo acabou - para que a União conseguisse harmonizar essa distribuição, o que vem de encontro ao que foi mostrado aqui pelo deputado do desequilíbrio na distribuição dos rendimentos, dos repasses da União. Podemos observar que os municípios do Sul e Sudeste são realmente privilegiados em relação aos municípios do Norte e Nordeste. Por que isso?

Recentemente li que a Câmara havia aprovado uma Medida Provisória para que o BNDES captasse mais 50 bilhões de reais. E para onde vão esses recursos do BNDES? Trago um dado não muito atualizado, porque me dediquei durante um bom tempo a esta pesquisa. O BNDES, no período de 2009 a 2011, repassou 44,2% dos seus recursos para o Sudeste, 20,2% para o Sul, 14,5% para o Nordeste, 8,5% para o Centro-Oeste e 4,9% para o Norte. Ou seja, Nordeste, Centro-Oeste e Norte captaram 27,9%, e só o Sudeste, 44%.

Precisamos observar que a política está favorecendo o Sul e o Sudeste. Independente de partido, precisamos de união dos deputados do Norte e Nordeste para combater e levar a nossa voz. Não podemos viver com políticas transitórias a exemplo do bolsa-família. Precisamos gerar trabalho, emprego e renda com indústrias. (palmas)

Obrigada.

Sou nordestina, sou mulher, aqui a prefeita Maria Quitéria; sabemos o quanto é difícil avançar como mulher, principalmente no Norte e Nordeste. Precisamos de políticas públicas, precisamos realmente dessa união dos deputados para lutarmos pelo Norte e Nordeste, porque nós estamos sendo discriminados pelas políticas. Observem que, nos últimos anos, as políticas industriais e o PAC favoreceram o Sul e o Sudeste. O que adianta uma política para a indústria automobilística? Na Bahia só temos uma indústria automobilística. Em que nos interessa uma política... Onde foram construídas as estradas e as ferrovias no Norte e Nordeste? Nós precisamos de infraestrutura! O Polo Petroquímico, aqui, a indústria local manda o seu produto para o Sul e para o Sudeste para ser fabricado.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Respeitarei o tempo, dizendo que precisamos nos unir com relação ao artigo 165 da Constituição Federal. Só por curiosidade, esse artigo não foi inserido por acaso. Houve, na época, a negociação com Covas para elevação da idade dos deputados de São Paulo de 60 para 70 anos. Foi negociada com o Norte a manutenção da Zona Franca de Manaus, à época, capitaneada pelo deputado constituinte Joaci Góes. Nós temos a solução no artigo 165 da Constituição.

Obrigada. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Obrigado, secretária Rosemma Maluf.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Convido o prefeito José Ronaldo, o qual veio da Princesa do Sertão para discutir o nosso pacto federativo.

O Sr. JOSÉ RONALDO:- O Plenário está extremamente frio. Rapaz, o negócio aqui está bravo! Não sei como as mulheres estão aguentando. Está frio, minha filha? Está, não é? Esses homens não têm cuidado com a senhora, não é? Imagine Rosemma como não está com essa blusinha! Ela estava até tremendo na hora da sua fala.

Bom dia a todos. Saúdo meu caro presidente Hildécio Meireles, meus caros deputados José Nunes e Danilo Forte, bem como aqueles que já marcaram a presença e estão cuidando da vida aí fora – eu sei muito bem o que é isso, pois vivi nesta Casa por 12 anos –, minha presidenta Maria Quitéria, meus amigos, minhas amigas, meus colegas prefeitos e vereadores.

Acredito que essa discussão é extremamente importante. Quero aplaudir o deputado Hildécio Meireles pela iniciativa de trazer esse debate para a Assembleia Legislativa da Bahia.

Ouvimos o Danilo fazer um belo discurso, uma boa exposição. Perguntei a ele se já tinha sido prefeito, e ele disse que nunca foi. Acredito que tenha sido secretário de Estado. Foi, Danilo?

O Sr. Danilo Forte:- Não fui.

O Sr. JOSÉ RONALDO:- Também não?

O Sr. Danilo Forte:- Não.

O Sr. JOSÉ RONALDO:- Quero aplaudi-lo também por isso. Ele não foi prefeito, nem secretário de Estado e está extremamente preocupado com o pacto federativo, debatendo o assunto e trazendo-o à baila em todo o Brasil. Sabemos que é muito difícil o nordestino discutir esses assuntos, quando vem buscar a distribuição de renda. Lidar com o Sul e com o Sudeste é realmente muito difícil. Eu, que já passei um tempinho na Câmara Federal – fui eleito, mas renunciei ao cargo para assumir a Prefeitura –, sei o quanto é difícil lidar, naquela Casa, com essa questão do pacto federativo.

Quero aqui... Sei que temos muitos problemas. Acredito que todas as atitudes, Danilo, José Nunes, Arthur Maia, que aqui esteve, Caetano e demais deputados que aqui estiveram... Danilo, tenho uma proposta: peço a você que leve esse assunto aos prefeitos, para que debatam na Câmara dos Deputados, em Brasília. Não sei se você já fez isso. Estou muito preso na minha cidade. Os problemas são muitos, e a gente fica sem querer sair. Eu já fui presidente da UPB, instituição presidida, hoje, por Maria Quitéria. Acredito que, quanto mais debatermos esse assunto, quanto mais levarmos prefeitos para chorar lá, para debater e para protestar, maior será a contribuição.

Quero, aqui, apenas dar alguns exemplos práticos e objetivos. Há pouco tempo o Congresso Nacional votou uma lei que muda o piso dos professores. Nada contra que os professores ganhem mais, mesmo porque é uma profissão extremamente

importante. Eu, na condição de prefeito, este ano, dei o reajuste de 13% que veio de Brasília. Só Deus sabe o sacrifício que foi, mas dei. Brasília vota muita coisa, mas, quando vota, só pensa no patrão de Brasília, no presidente da República, seja lá quem for que esteja de plantão.

Deputado federal e senador só votam pensando no presidente da República. Não votam pensando em prefeitos. São raríssimas as exceções. Temos como exemplo prático o piso de professores, que os prefeitos recebem goela abaixo, sem saber se tem dinheiro ou não para pagar. O meu município gasta 88% do Fundeb com pagamento da folha de pessoal, dos professores. Vou repetir: 88%.

No ano passado, criou-se uma nova lei; o piso dos agentes de saúde e dos agentes de endemias. Senhoras, quando votaram e aprovaram isso, final de junho, perto da eleição de 2014. Eu, que sou apaixonado pelos agentes de endemias, disse: “olhem senhores, virá dinheiro do ministério para pagar.” “Quem disse isso? Quem falou isso?” Os prefeitos é que estão sendo cobrados pela manhã, à tarde e à noite para pagarem. E o dinheiro veio de onde? Está vindo de onde? Aumentou a verba para pagar esses salários? Nada mais justo que alguém ganhe mais! Não condeno a melhoria do salário! As prefeituras receberam mais dinheiro para pagarem esses salários? Não! Vai receber mais? Não! E como é que paga? Como é que paga isso? Vem de onde?

Quando se criou o SAMU – projeto bonito, bacana, que dá socorro ao povo que sofre acidente na rua – os municípios contribuía com 15%; o Estado contribuía com 25% e a União com 60%. Agora, determinaram que o município contribuirá com 50%. Inverteu! Está invertendo tudo!

Quero aplaudir mais uma vez Danilo que está se esforçando, correndo, viajando, deixando sua família, veio aqui hoje, segunda-feira, daqui vai para Brasília, com certeza, para ficar em sessões varando a madrugada...

Meu caro José Nunes, eu era deputado aqui nesta Casa, Líder do Governo, e o senhor apresentou um projeto que mudou a distribuição do ICMS no Estado da Bahia. É difícil se aprovar matéria de origem de parlamentar! É difícil! O Executivo chega em cima e cria dificuldades. Principalmente quando mexe em questão de impostos ou contribuições.

Lembro-me que eu era Líder do Governo, abraçamos a causa, lutamos com o deputado José Nunes e os nossos pares e aprovamos, por unanimidade, a matéria que foi sancionada e virou lei. Melhorou um pouquinho o ICMS dos municípios baianos. Isso a anos atrás.

Quero fazer um pedido, com todo respeito a essas questões. Há dois anos assumi esse mandato, e fui convidado para um debate na revista Exame, da editora Abril, em São Paulo. Estariam lá os prefeitos de São Paulo, do Rio de Janeiro, e do Nordeste, o de Recife e eu. Não sei porque me chamaram na época, mas me chamaram e eu fui.

Há uma coisa que me preocupa muito, hoje, no Brasil. Vou contar sobre o que tenho conversado e não tenho encontrado uma caixa de ressonância, deputados

Danilo Forte e José Nunes. Queria chamar a atenção, aqui, para um assunto. Estou muito preocupado com o que está ocorrendo, hoje, em nível de Brasil, nos municípios brasileiros. Nos municípios que têm previdência própria... Vou repetir, nos municípios que têm previdência própria o déficit é gigantesco, é astronômico. Isso vai-se transformar num pandemônio neste País. Não sei o que vai acontecer daqui a alguns anos.

Ouvi, aqui, Hildécio dizer que as empresas, as prefeituras contribuem com 22%, da parte patronal, para a previdência. Feira de Santana contribui com 26,3%, da parte patronal, e no ano que vem será 28%. Sabem por quê? Por que fizemos um cálculo atuarial e se não o fizessemos o município estaria sem certidão, estaria inadimplente para tudo. Tivemos que fazer, senão a Previdência não daria a certidão para o município. Fizemos com a cabeça erguida porque o município nunca atrasou um dia de pagamento à sua Previdência, muito pelo contrário. Para corrigir o atraso que encontramos, fizemos uma lei e pagamos mensalmente, atualizamos o pagamento da Previdência. Só que, com tudo isso, ainda há um déficit de R\$ 2 milhões por mês.

Fiz uma pesquisa sobre isso, e se você pegar, na Bahia, os municípios que têm Previdência própria verá que ela está no vermelho. Se verificar o Brasil, é pior ainda. Eu não sei onde isso vai parar, porque vai chegar ao ponto em que não haverá condição de pagar aos aposentados.

Vi esta semana, anteontem, o Rio Grande do Sul suspender o pagamento dos ativos, dos inativos e dos pensionistas, e parcelar um mês de pagamento em três vezes.

Onde vamos chegar com a crise política e a crise moral que este País está vivendo? Onde nós vamos chegar?

Então, quero, neste momento em que estão aqui pessoas preocupadas com o Pacto Federativo, com o problema nacional e com os problemas dos municípios... Já fiz tanto discurso em minha vida...

Onde você mora, meu secretário Renato? Em Feira, não é? Em Alagoinhas! Pensei que você estava morando em Feira e ia e voltava. Pensava que você trabalhava em Alagoinhas, mas morava em Feira. Mora em Alagoinhas!

O prefeito de Santo Antônio de Jesus, evidentemente, mora lá.

Onde é que a gente mora? Nos municípios. E a gente fica dependendo da União.

Esse é um discurso histórico, um discurso de quando eu tinha muito cabelo. Esse discurso vem desde o tempo em que eu ocupava esta tribuna e meu cabelo batia aqui, no ombro. E continuamos com o mesmo discurso.

Vim aqui atendendo ao convite do meu amigo, deputado Hildécio Meireles, que foi um grande prefeito, é um grande político, um grande gestor, uma pessoa preocupada com essas questões. Ele tem conhecimento de causa, é auditor fiscal, um pesquisador, uma pessoa que estuda essas questões. Vim, Hildécio, para atender ao seu convite, com muito prazer. Matei a saudade, um pouco, desta tribuna, deste

Plenário. Ocupei aqui muitos mandatos, convivendo com meu querido amigo e colega José Nunes, e continuamos cada vez mais amigos e colegas.

Mas a verdade é que...

Meu caro Danilo Forte, você é o relator ou o presidente da Comissão?

O Sr. Danilo Forte:- Presidente.

O Sr. JOSÉ RONALDO:- O presidente da Comissão que está proporcionando esses debates.

Acho que precisamos levar para esse Pacto Federativo tudo isso. Quanto mais chamarmos a atenção para esses problemas, poderemos ajudar, contribuindo para esse Pacto Federativo. Se ficarmos só nos discursos...

Aliás, você é um bom orador, domina bem o assunto. Sabemos que parlamentar poucos ouvidos dá a quem está na tribuna, falando, mas eu fiz muita questão de ouvir você. Por tudo que falou aqui, quero dar-lhe um estímulo, uma força, para que você não perca esse entusiasmo, porque é difícil essa luta, é difícil a conquista dessas vitórias. Para se conquistar 1%, nós lutamos para isso, para aquilo.

Mas acho que o caminho não é esse. Os caminhos são outros. O caminho é cada um cumprir com suas obrigações. Aquilo que for assumido, que seja cumprido. Assinar e cumprir. Não é assinar e não cumprir. Cumprir a palavra, aquilo que está ajustado, o que está determinado é que é a obrigação de cada um. E não as pessoas pegarem o que é obrigação sua e jogar para outro, não cumprir nada.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meirelles):- Quero registrar as presenças do Sr. Lourival Nunes Filho, representando o prefeito de Wenceslau Guimarães, Washington Reis, Jane Costa, Reinaldo Silva, Carlos Augusto, Jonas Paulo, coronel Paulo Fernandes, Roseane Santos, Gildásio Alves, Cíntia Rosemberg Meireles e Conceição Meireles.

São 12h40min, nós temos um limite máximo: até as 13h15min. Temos ainda a prefeita Maria Quitéria, presidenta da UPB, que vai falar agora. Depois, o prefeito Oberdan. Se mais alguém quiser, a palavra lhe será concedida.

A Sr^a MARIA QUITÉRIA:- Boa-tarde, gente!

Queria saudar Danilo Fortes, Hildécio, nosso deputado estadual, e os nossos prefeitos todos.

Queria dizer que somos poucos aqui, até porque na quarta-feira teremos uma mobilização em Brasília. Peço desculpas, meu vice-presidente Oberdan, deputado Hildécio, porque os prefeitos, hoje, não têm condições de sair de suas cidades todos os dias para virem a Salvador reivindicar os direitos nossos, que é o direito de ser prefeito, mandato que conquistamos nas eleições. E quando assumimos esse papel, não temos condições de fazer tudo, infelizmente.

Mas eu queria agradecer pela presença à Confederação Nacional dos Municípios, na pessoa de Eduardo, que sempre nos está auxiliando com dados. A CNM vem, durante esses 15 anos, fazendo um estudo e um trabalho voltado para os municípios. Portanto, temos, graças a ela, uma história de municipalismo em nosso País. Daí, viramos ente federado, e temos sempre que dar os créditos à Confederação Nacional dos Municípios, na pessoa do presidente, Paulo Ziulkoski. Queria deixar esse registro aqui.

Oberdan, meu vice-presidente, demais deputados, José Nunes, que é um municipalista nato. Por sinal, tem uma esposa prefeita e sabe das dificuldades que estamos vivendo e que ela enfrenta em casa todos os dias. Eu não quero ser redundante, mas são dificuldades de todos os prefeitos que aqui falaram.

Eu queria saudar Iramar, que é prefeita de Ituberá, a única prefeita na platéia. Então, queria saudar minha prefeita, dizendo a ela que, mulher como eu, somos sempre as mais preocupadas, porque temos um nome e a mulher é mais resistente a entrar na política. Tanto é que somos apenas 60 mulheres prefeitas na Bahia. Eu queria parabenizá-la pela coragem, Iramar, primeiro, de ser prefeita, e, segundo, por enfrentar com tanto afinco as questões do seu município, estar sempre atuante e participando dos nossos encontros.

Queria agradecer a Hildécio, que esteve na UPB, pela iniciativa.

Acho que fortalecemos o Pacto Federativo com discussões aqui, na Assembleia Legislativa, trazendo Danilo Fortes, que fez um trabalho em Brasília conosco e já o apresentamos à Confederação Nacional. Já tiveram acesso a seu relatório os presidentes de todos os estados.

Fico bem à vontade para dizer que estamos na UPB, União dos Municípios da Bahia, porque acreditamos – pode não ser nesta nossa gestão, que acaba no ano que vem – que no futuro possamos voltar a dizer que cada prefeito e prefeita do seu município terá condição de trabalhar com respeito e dignidade. Acho que as palavras certas, hoje, que devemos usar com o nosso cidadão, que votou e escolheu a sua autoridade local, vereador e prefeito, é que precisamos tratar os nossos munícipes com respeito.

Queria saudar, em nome de todos os secretários, a secretária de Salvador, já tive o prazer de receber um prêmio junto com ela, por seu trabalho, não só por você ser, hoje, secretária, ter-se disponibilizado, sabendo que sua pasta não é fácil – é uma pasta em que todos os serviços públicos acontecem. V.S^a bem disse em sua apresentação na Casa do Comércio –, mas por ser mãe, mulher e estar desempenhando esse papel ao qual se dedica com muito afinco. Não poderia deixar de saudá-la aqui, hoje. Parabéns! E que você consiga, nesse caminho, juntar forças, como vimos fazendo: prefeitos, secretários e todos os que estão envolvidos com esse processo.

Gostaria de deixar um recado aqui, hoje, do Pacto Federativo aos deputados federais e estaduais. O ano que vem é ano de pleito, de renovação de mandato. Cada vereador e cada prefeito pode sair com seu nome manchado, e até mesmo preso.

Estamos vivendo um momento de uma crise difícil visto que muitas obras estão paradas em nossos municípios...

A população não sabe que é porque não há mais o recurso na conta, que não se pagou e a empresa faliu. As pessoas não sabem que aquela obra não pode ser relicitada, porque foi relicitada 5 anos atrás. Licitou-se, relicitou-se a obra e não tem como se pagar mais o preço. Então, é mais um dinheiro que o Erário está perdendo.

Mais uma vez a população vai ficar sem a obra; e mais uma vez um prefeito ou uma prefeita vai ser punida sem saber o porquê. E a população também não vai saber. Uma obra em que foi feito o projeto, desenvolvido não só pela prefeitura, mas se colocou tempo; foi-se a Brasília, a Salvador; esteve-se na Caixa Econômica 20, 30 vezes para aprovar o projeto, e, ao final, não se conseguiu ter o recurso na conta.

Então, fiquei muito preocupada quando cheguei a Brasília, no Ministério, e me disseram que a prioridade agora é não perder as obras que foram empenhadas. Ou seja, vamos empenhar mais obras, deputado, e vamos ter mais obras sem pagar depois, sem finalizar, e sem recursos na conta para pagar as obras que estão em andamento.

Conversei sobre isso na CNM na semana passada. Vamos fazer uma audiência pública e chamar o Ministério Público Federal, os tribunais de Contas, TCU e TCM, e a CGU, para que todos os prefeitos coloquem o porquê de suas obras estarem paradas; para que façamos uma ação preventiva e não saíamos como ladrões, corruptos devido a uma obra que não conseguimos executar.

Peço a colaboração de vocês, dos deputados estaduais e dos federais, para que não venham mais pedir obras para se começar sem terminar, mas que paguem as obras que estão em andamento. Temos creches paradas, escolas paradas, estradas, ruas e não temos o recurso na conta. Vamos a Brasília e a conversa é que não se pagou nada até hoje, e que se vai empenhar para não perder o que foi empenhado de uma obra que não iniciou. E que agora é lei estar com 50% na conta. É injusto com quem está saindo e com quem vai para uma eleição. Pode-se perder uma eleição no ano que vem porque os prefeitos não estão bem devido à crise financeira.

Só nos meses de junho e julho perdemos 33% do nosso FPM entre um mês e outro. Avaliem a situação das prefeituras. Não temos mais o que cortar, e, agora, temos que fechar o serviço público, fechar posto médico. Vai fechar escola? Vai deixar de atender à população?

De tanto falarmos isso aqui, na Bahia, Danilo, a imprensa sabe que é verdade. Aí, vem um sensacionalismo e se coloca na televisão um ou outro prefeito que errou, ou que teve algum problema, para desmoralizar todos os outros.

Então a gente tem que ter muito cuidado com isso, porque da maioria dos 417 municípios da Bahia, 80% vive de FPM. Então esse pacto federativo não é para os prefeitos que estão no mandato hoje. Para os nossos municípios, é a solução para que amanhã o nosso feito hoje- como no meu caso que paguei o INSS e todas as dívidas do meu município, para deixar o município redondinho e sei que o próximo prefeito não terá condição de fazer nada, mesmo sem dívida, porque o município não tem

condição de se sustentar.

Tudo que vocês falaram, que José Nunes falou muito bem, seria muito fácil se todos os prefeitos devolvessem os programas federais: PSF, CRAS, CREAS, SAMU e deixassem a população desatendida. Mas somos responsáveis. O cidadão bate na nossa porta, na porta do vereador. Somos nós que respondemos diretamente ao cidadão.

Como fazer isso? Como dizer que não temos como sustentar? Quantos municípios já estão hoje com a folha atrasada?

Então esta é a situação e não temos condições. Teremos uma mobilização em Brasília, quarta-feira, para que o 0,5% que foi acordado seja cumprido. V.Ex^a participou das negociações, esse movimento começou na Bahia, fechamos a prefeitura, fizemos SOS Município. Crise. E quando fomos receber o 0,5% na conta que já tínhamos e já sabíamos de quanto seria, veio 0,25%.

Então é preciso que o acordo seja cumprido. É preciso que venha 0,5%. Isso é o mínimo. Não resolverá muito coisa, mas contávamos com esse dinheiro, os prefeitos se programaram com esse dinheiro. Nunca vi ano fiscal com 6 meses. Para nós, o ano fiscal corresponde a 1 ano, ou seja, 12 meses. Mas para o governo federal, no caso dos municípios, o ano fiscal corresponde a 6 meses.

O que queremos é apenas isto. Não queremos briga, não queremos confusão, pelo contrário, queremos o direito de sermos prefeitos. Fomos eleitos para isso. Como os deputados federais, Caetano e Zé Nunes falaram, se a bancada nordestina não se unir, como a nossa secretária falou- fizemos um Congresso Nordestino aqui, chamamos o Nordeste inteiro, falamos para criar uma bancada nordestina de municípios. O Nordeste não se une para defender um patrimônio maior, maior população, maior PIB.

Para Rio de Janeiro e São Paulo vão todos unidos. Foram artistas da Globo, inclusive, artistas baianos foram para o Rio de Janeiro para dizer que os royalties tinham que ir para lá. Tivemos até essa aberração no meio da confusão dos royalties.

Queria que o Rio de Janeiro e outros estados tivessem a educação e a despesa que temos no Nordeste, onde existe a população mais pobre, mais carente e que saiu para construir o estado de São Paulo.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Quero registrar a presença do deputado Bira Corôa.

Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o Sr. Prefeito da cidade de Barra do Choça, Oberdan Rocha, que também é presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Sudoeste.

O Sr. OBERDAN ROCHA:- Bom dia a todos, quero agradecer primeiramente a Deus pela oportunidade de estarmos aqui. Quero saudar a todos os colegas prefeitos

e prefeitas que tiveram a coragem de vir a este Plenário, os poucos que ainda estão solidários na esperança de melhorar ou avançar nesta luta; saudar o deputado Hildécio Meireles pela iniciativa. V.Ex^a tem essa origem municipalista, a fim de convocar este importante debate que estamos vivenciando no dia a dia, mas que a Assembleia Legislativa estava omissa. Como disse o deputado José Nunes, há algum tempo atrás a Assembleia Legislativa saiu em defesa dos municípios, aprovando a lei que veio definitivamente aliviar o município e até mesmo corrigir uma injustiça que era então insignificante naquele momento, mas que marcou a presença daquela lei e houve um equilíbrio.

Hoje pedimos que esta Assembleia Legislativa possa novamente reavaliar a questão da distribuição de renda no estado, porque, como foi falado aqui, existem municípios que já se beneficiam demais da questão tributária no estado da Bahia.

A Ford teve isenção de impostos para se instalar em Camaçari. Mas quando ela emite uma nota fiscal e o valor agregado vai para a soma do ICMS, é retirado dos outros municípios. Então isso também não é justo, quando possamos tratar de reforma tributária.

Quero neste momento em nome da Bahia, dos municípios e de todos os nossos habitantes que estão em cada recanto, agradecer ao deputado Danilo que está encampando essa luta em Brasília junto ao Congresso Nacional. Porque essa causa não é uma causa isolada, é uma causa de todos nós, não estamos mais separados. Essa causa só não é da União, mas estados e municípios estão igualados hoje na mesma situação. Se dizem que o município anda com o pires na mão, hoje o Estado também está com o prato na mão, o que é maior, na questão dos seus recursos.

Estamos com a necessidade de discutir porque, conforme foi colocado aqui, a exposição com que a atividade e risco que o prefeito é colocado hoje nos leva a buscar o apelo para que possamos ser reconhecidos e nos salvar dessa situação, porque, como foi citado, cerca de 75% dos prefeitos estão sujeitos a ter contas rejeitadas, não por uma vontade própria ou por questão de gestão. É a impossibilidade de cumprir com essa situação colocada hoje, principalmente na questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque quando tínhamos capacidade de planejar, planejávamos e conseguíamos executar. Mas hoje diante da surpresa da arrecadação e que os municípios dependem da transferência de receita na sua maioria, então quando cai a receita, não temos como arrochar ou tirar do ISS ou do IPTU dos nossos cidadãos.

Então, neste momento em que cerca de 300 prefeitos estão sujeitos a terem suas contas rejeitadas, qual é o caminho? Rejeitadas, seja lá pelo artigo 42, por gastar mais do que arrecada ou pela questão do índice de pessoal, a rejeição no interior, no nosso município, não é rejeição por questão de divergência contábil da interpretação do conselheiro, não. Lá no município conta rejeitada enquadra-se na questão da lei da ficha suja. E sabe o que é ficha suja no interior? É ladrão! Prefeito honesto que colocou o seu nome para defender o seu mandato e sair de cabeça erguida é tachado de ladrão porque errou na contabilidade e não é reconhecido na sua forma de

administrar ou de estar na gestão.

Estou no quarto mandato da minha vida pública, sempre honrei, graças a Deus até hoje estou com o meu nome limpo, mas não tenho mais a certeza de como vamos concluir a nossa trajetória política. Mas tenho certeza de que uma das escolhas que resta hoje ao município, porque o funcionário que está na sua porta está ali convivendo com você, o cobrador da empresa que ainda lhe fornece e que atende a um chamado de uma licitação também está ali próximo a lhe cobrar, e vamos eliminando. E qual o último a eliminar? A questão do INSS, que é o governo federal que está mais distante, às vezes a você só resta deixar o INSS para pagar depois e aí você não tem mais a capacidade de ter o cálculo em dia, e perdendo o cálculo também perde o direito de ter as emendas dos parlamentares para ter acesso aos recursos.

E quando contamos com a questão dos programas federais, os programas federais hoje são verdadeiras iscas, armadilhas, que criam para o município morder, como vimos o nosso prefeito de Feira de Santana falar do Samu, o PSF também hoje é essa mesma situação, eram 25% para o município e hoje inverteu, 75% são de responsabilidade do município, do prefeito. E o Estado que pactua com a gente no cumprimento da sua parte de cofinanciamento, às vezes está se omitindo também de cumprir com a sua obrigação e deixando o município sem o repasse desses recursos que são pactuados.

Então essa causa, meu caro deputado Meireles, é uma causa de todos nós e parabênzo V.Ex^a por ter abraçado e trazido esta discussão para o cenário da Assembleia Legislativa, V.Ex^a está de parabéns.

E parabênzo mais ainda os prefeitos que tiveram a coragem ou o ânimo de estar aqui para discutir e se solidarizarem com a nossa presidente Maria Quitéria, com os prefeitos que ainda estão nessa luta de uma esperança que poderemos melhorar não mais para nós, mas para os outros e assim possamos juntos com a CNM, com os deputados, porque está agora nas mãos do Congresso Nacional essa responsabilidade, porque sensibilidade do governo federal não iremos ter. E se não houver a manifestação dos prefeitos, das nossas entidades como a CNM e a União dos Municípios, das associações dos municípios do País e do Congresso Nacional, nós estaremos, sim, inscritos no paredão da exclusão da vida pública.

Muito obrigado, parabéns à Assembleia Legislativa da Bahia pela grande iniciativa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Obrigado prefeito Oberdan.

Com a palavra o deputado Danilo Forte para os seus agradecimentos finais.

O Sr. **DANILO FORTE**:- Obrigado Hildécio, obrigado a todos que participaram dessa assembleia, obrigado especial à Quitéria, representando todos os prefeitos do Estado da Bahia.

Acho que um consenso nós temos: 1- a valorização da cidadania passa pelo município. Isso inclusive não é uma novidade. Os países mais antigos do mundo e que têm consigo uma história maior do que a nossa, a Alemanha, por exemplo, tem dois mil anos de história, passou por duas guerras e 50% de tudo o que se arrecada na Alemanha fica nos municípios. Lá é invertido, quem faz a cobrança dos impostos são os Municípios e os Estados, eles são quem sustentam a União. A União tem o papel de gerenciamento, mas quem sustenta a União são os Estados e Municípios. O inverso exatamente da nossa lógica aqui no Brasil.

Mas acho que estamos avançando, estamos construindo uma nova relação, acho que esse embate é necessário. Muita gente aqui falou da questão dos royalties, o Parecer está pronto. A ministra Carmem Lúcia está com o Parecer acatando a decisão do Congresso Nacional, o que está faltando é exatamente uma pressão política sobre isso. Acho, inclusive, que nessa ida de quarta-feira, Oberdan, vocês deveriam aproveitar para também fazer essa pressão sobre o STF, sobre a Ministra Cármen Lúcia para que ela libere esse Parecer, porque sem sombra de dúvida é um momento crítico que estamos vivendo e temos que aproveitar este momento crítico para fazermos, exatamente, a pressão necessária.

Nós da Comissão Especial do Pacto estaremos juntos com o movimento dos Prefeitos, inclusive mudei o local da reunião da comissão para ser conjunto, inclusive, lá no auditório Nereu Ramos, juntos com os prefeitos que estão se mobilizando, o tema da nossa primeira reunião será exatamente a compensação da questão da Previdência, que foi aqui muito bem colocada pelo prefeito José Ronaldo, na preocupação dele, exatamente com a possibilidade do colapso do sistema das Previdências próprias dos municípios que estão passando por todas essas dificuldades e ao mesmo tempo, também, já a garantia que teremos uma reunião que já foi confirmada hoje pelo vice-presidente Michel Temer que agora tem a atribuição de fazer a articulação política do Palácio do Planalto no sentido de discutir com ele a questão da solução do problema do FBM e a questão dos restos a pagar, que está perturbando, nesse momento a administração pública municipal. E é necessário que o governo cumpra a sua obrigação já que o empenho nada mais é do que uma obrigação dos entes federados em relação à transferência e a execução da obra.

Não podemos fazer do empenho uma figura decorativa dentro do Orçamento da União. Agradeço a todos a oportunidade, contem com o meu trabalho, com o meu apoio, com a minha luta, entendo e tenho clareza da importância do município dentro da harmonia da sociedade brasileira no papel que temos na relação da cidadania, na relação do desenvolvimento social e também na preocupação do desenvolvimento econômico, que sem ele não há nada que possa nos garantir um futuro melhor com uma Nação do tamanho de um país como é o Brasil.

Meu muito obrigado a Assembleia da Bahia e o meu muito obrigado especial a Hildécio que nos proporcionou esse momento tão importante nessa luta brasileira, nessa luta nossa. Obrigado. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Hildécio Meireles):- Quero agradecer ao Dr. Eduardo,

que esteve aqui representando a Confederação Nacional dos Prefeitos, o prefeito Oberdan, o Dr. Oscimar Torres, representando a Procuradoria do Estado, Dr. Hebert, representando o prefeito de Salvador, a todos que estiveram aqui presentes em especial o nosso querido deputado federal Danilo Forte, que de forma tão gentil, nos honrou com a sua presença aqui hoje, nos brindou com uma série de informações que talvez alguns prefeitos consigam sair daqui hoje com um pouco mais de esperança que no futuro próximo nós poderemos ter uma situação mais amena, menos sofredora do que a que ocorre hoje.

Quero agradecer a todos que estiveram aqui presentes, Prefeito Arandas, prefeita Iramar, vereadores, presidente da câmara de Jaguaripe, todos os vereadores de um modo geral, aos funcionários que estiveram nos prestigiando, a todo o quadro de pessoal da Assembleia que até agora estão aqui nos apoiando, aos nossos amigos de Alagoinhas que muito nos ajudaram na montagem dessa sessão especial.

Portanto, muito obrigado a todos e continuaremos aqui à disposição.

Boa-tarde a todos.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*